www.metropolejornal.com.br

Metrópole JORNAL

Ano 25 | Nº 5937 | 26 de Abril de 2024 Sexta-feira Diário de Circulação Nacional - R$ 2,50

Governador anuncia licitação que dará início à duplicação da PRC-466, em Guarapuava

Em Guarapuava o governador Carlos Massa Ratinho Jr. inaugura a duplicação e vias marginais na BR-277, além de anunciar a duplicação da PRC-466 até Palmeirinha. Foto: Roberto Dziura Jr/AEN

O governador Carlos Massa Ratinho Junior assinou nesta quinta-feira (25), em Guarapuava, na região central do Paraná, a autorização para a licitação da duplicação da PRC-466. O início da obra será da área urbana de Guarapuava até o distrito de Palmeirinha. Serão 11,52 quilômetros de novas pistas em concreto.
O investimento neste trecho por parte do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR), autarquia da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística (Seil), está estimado em R$ 120,45 milhões. A obra é uma das prioridades da gestão, apresentada no pacote de grandes projetos para os próximos anos. A licitação deve acontecer em maio.
"Hoje autorizamos o primeiro lote, que vai do trecho urbano de Guarapuava até o distrito de Palmeirinha. Depois vamos soltar o segundo lote, até Turvo, e assim por diante. É uma obra que está com todo o dinheiro garantido, com o projeto todo finalizado. Agora o DER está apenas fazendo algumas revisões", detalhou o governador.
Ele também explicou que a duplicação da PR-466 será em concreto, o que garante mais durabilidade da via. "É uma obra moderna porque estamos falando da mesma via de concreto que é feita nos Estados Unidos, na Alemanha. E o Paraná hoje é o estado que mais faz rodovia em concreto. E essa obra para nós é motivo de muita alegria porque por muito tempo a região central do Estado foi muito penalizada por não ter infraestrutura, não ter investimentos. Estamos revertendo isso", enfatizou Ratinho Junior.
O secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, Sandro Alex, também destacou o fato de a duplicação ser em concreto. Além disso, na técnica chamada de whitetopping, a pista existente será restaurada porque o pavimento asfáltico existente passa por reciclagem e é aproveitado como base para a execução das placas de concreto do pavimento rígido. Esta solução já foi empregada na restauração da PRC-280 no Sudoeste, entre Palmas e Pato Branco (com trechos já entregues, em obras ou com licitação em andamento). Página 9

SJP: Prazo para cadastro e recadastro do Passe Escolar e Universitário encerra na próxima semana

Fique atento! O prazo para os estudantes de São José dos Pinhais realizarem o cadastro ou recadastro tanto do Passe Escolar quanto Universitário se encerra na próxima terça-feira, 30 de abril. O benefício, oferecido pela Secretaria Municipal de Educação (Semed), subsidia 50% do valor das passagens das linhas urbanas e metropolitanas.

O passe escolar é destinado especificamente aos estudantes que residem no município e que estejam matriculados em instituições de ensino locais ou próximas em cidades vizinhas. Os interessados devem atender aos requisitos estabelecidos pela Lei n.º 59/97 e suas alterações, preencher o formulário e disponibilizar os documentos.

Para mais informações e esclarecimentos, os estudantes podem entrar em contato com a Semed pelos telefones (41) 3381-6677 ou (41) 3282-5465.

Antes de terminar, primeira semana do Fala Curitiba já reuniu quase mil pessoas

Chega a 960 o número de pessoas que participaram das seis primeiras reuniões de bairros do Fala Curitiba. Nessa quarta-feira (24/4), terceira noite da consulta pública, 389 moradores das regionais Cajuru e Boqueirão estiveram nos encontros da comunidade com as equipes da Prefeitura. Eles apresentaram e discutiram propostas de interesse coletivo que desejam ver incluídas na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025. Nos dois locais, o setor de obras públicas liderou o número de sugestões. Esse tema mobilizou 30 participantes no Cajuru e 100 na do Boqueirão. Educação foi a segunda área mais demandada, com 12 participantes no grupo do Boqueirão e 22 no Cajuru.

Defesa Civil de Pinhais para incêndio ambiental às margens da rodovia

Na tarde desta quarta-feira (24), a Equipe Bravo da Defesa Civil de Pinhais parou um incêndio ambiental nas margens da Rodovia Deputado João Leopoldo Jacomel, em frente ao Parque das Águas. A equipe estava em deslocamento pela região quando se deparou com a situação e, de imediato, iniciou o combate às chamas com auxílio de abafadores. O coordenador da Defesa Civil e Segurança Patrimonial, Sergio Vieira, alerta para que não sejam jogadas bitucas de cigarro em locais de mata. "Vale lembrar que todo grande incêndio teve um início. Esses dias estava tudo muito seco e provavelmente foi o motivo do início do incêndio. É importante, além de evitar jogar esse tipo de lixo no mato, também entrar em contato com a gente". A população pode ajudar a combater e prevenir incêndios ao entrar em contato com a Defesa Civil telefone (41) 3912-5153 ou Corpo de Bombeiros 193.

Produtores de leite

O líder do Governo, deputado Hussein Bakri (PSD), comemorou a aprovação unânime na Assembleia Legislativa do Paraná do Projeto de Lei 201/2024, que tem o objetivo de proteger as cerca de 70 mil famílias produtoras de leite do Estado frente ao aumento significativo na importação do leite em pó. Página 2

Metrópole Habitação

O conjunto integra o Complexo Residencial Acquaville, formado por mais de 5 mil moradias no bairro Antares, região leste de Londrina, próximo ao câmpus da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Fotos: Gabriel Rosa/AEN

Casa Fácil: governador inaugura residencial com 144 apartamentos em Londrina

Residencial é composto por 144 apartamentos. Investimento de quase R$ 1,1 milhão do programa Casa Fácil Paraná foi usado para custear valor de entrada de imóveis para pessoas com renda mensal de até três salários mínimos.

O governador Carlos Massa Ratinho Junior entregou nesta quarta-feira (24) os primeiros apartamentos do Residencial Laguna di Valência em Londrina, na região Norte. O condomínio é composto por 144 apartamentos, dos quais 73 contaram com subsídios do Governo do Estado para custeio parcial ou integral do valor de entrada aos compradores.

Os aportes de R$ 15 mil por família totalizaram quase R$ 1,1 milhão de investimento por meio do programa Casa Fácil Paraná, coordenado pela Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar). O público beneficiado é formado por pessoas com renda familiar mensal de até três salários mínimos.

Segundo o governador, o Casa Fácil Paraná se tornou uma referência nacional quando se trata de habitação popular. "Já tivemos representantes de 14 estados no Paraná para aprenderem e replicarem o programa, já que ele resolve um dos principais entraves das famílias para adquirirem uma casa própria, que é a dificuldade de bancar o custo de entrada do financiamento imobiliário", disse.

"Os investimentos que estão sendo feitos em habitação também geraram cerca de 130 mil empregos na construção civil no Paraná, o que ajuda a economia do nosso Estado e aumenta a renda da população", acrescentou Ratinho Junior.

Além dos subsídios estaduais, os novos proprietários contaram com descontos variáveis do programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal. Os financiamentos, geridos pela Caixa Econômica Federal, podem ser quitados em até 30 anos com juros menores do que os praticados no mercado, além de possibilidade de uso do saldo do FGTS para quitar parte do valor financiado.

EMPREENDIMENTO

Construídos pela empresa MRV, os 144 apartamentos do Laguna di Valência são divididos em nove blocos de quatro andares. As plantas têm modelos padrão de 41 e 44 metros quadrados. Todas as unidades possuem dois dormitórios, sala, cozinha, banheiro e área de serviço.

O empreendimento também oferece coleta de lixo seletiva, sistema de segurança, sistema de medição de água individualizada, espaço gourmet, bicicletário, churrasqueira e playground. O conjunto integra o Complexo Residencial Acquaville, formado por mais de 5 mil moradias no bairro Antares, região leste de Londrina, próximo ao câmpus da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Para o CEO da MRV, Eduardo Fischer, as contrapartidas do Governo do Estado são essenciais para o sucesso das políticas habitacionais. "O Valor de Entrada é fundamental porque habilita as famílias com menor renda a comprarem seus imóveis, já que os bancos não podem financiar 100% do imóvel devido à legislação", explicou. "Ter um Estado que prioriza a habitação popular, investindo e criando mecanismos para que as famílias consigam adquirir imóveis nos encoraja a investir mais aqui no Paraná".

FUTURO MELHOR

O designer Nicolas Borini, de 23 anos, não escondeu a felicidade com a realização do sonho da casa própria tão jovem. Com um filho recém-nascido, ele considera que o apartamento significa uma garantia de um futuro melhor para a família. "A gente está muito feliz porque é um sonho fruto de muita luta, mas que também chegou muito cedo. De agora em diante é continuar investindo para ter mais qualidade de vida pra mim, a minha esposa e o meu filho", comemorou.

A técnica de enfermagem Natália dos Santos Rios, de 27, é outra proprietária de um apartamento do Laguna di Valência e se diz ansiosa pela mudança. "O coração está disparado porque é a primeira vez que eu vou morar em um lugar que é meu, ter mais liberdade pra cuidar das minhas filhas e poder planejar o futuro delas com mais calma", complementou.

13 MIL UNIDADES EM LONDRINA

Desde que foi criado por meio da aprovação de uma lei estadual, fixando-o como uma política permanente de Estado, o Casa Fácil Paraná já ajudou 67 mil famílias.

O presidente da Cohapar, Jorge Lange, enfatizou que Londrina é a cidade que mais recebeu recursos do programa até o momento. Os empreendimentos construídos ou em construção com a participação do Estado somam quase 13 mil unidades. Destas, 5.466 famílias já obtiveram aprovação do subsídio.

Devido ao sucesso do programa junto à população, os municípios e construtoras, o governador determinou o aumento do subsídio de R$ 15 mil para R$ 20 mil por imóvel em novos projetos. A faixa de renda também foi ampliada para famílias que ganham até quatro salários mínimos ao mês.

"Na primeira etapa foram 30 mil casas e apartamentos que somaram um investimento de R$ 450 milhões. A rapidez com que o Estado conseguiu fazer o programa rodar fez com que o governador liberasse mais 40 mil unidades, totalizando mais R$ 800 milhões em recursos aportados até 2026", explicou Lange.

Os interessados devem se cadastrar no site da Cohapar, onde também é possível conferir a lista completa de empreendimentos disponíveis em cada município, incluindo uma série de outras oportunidades na cidade de Londrina.

PRESENÇAS

O evento contou com a participação do secretário estadual da Justiça e Cidadania, Santin Roveda; do prefeito de Londrina, Marcelo Belinati; do deputado estadual Tiago Amaral; do presidente do Instituto de Desenvolvimento de Londrina, Alex Canziani; e do presidente da Associação dos Municípios do Médio Paranapanema (Amepar) e prefeito de Arapongas, Sérgio Onofre.

Produtores de leite

O Líder do Governo, deputado Hussein Bakri (PSD), comemorou a aprovação unânime na Assembleia Legislativa do Paraná do Projeto de Lei 201/2024, que tem o objetivo de proteger as cerca de 70 mil famílias produtoras de leite do Estado frente ao aumento significativo na importação do leite em pó.

Produtores de leite II

O texto, que já foi enviado à sanção do Governador Ratinho Junior, fica eliminada a isenção de ICMS para a importação de leite em pó e queijo mussarela, instituindo taxação de 7%. "Essas medidas são necessárias porque o Paraná é o segundo maior produtor de leite do Brasil", destacou Bakri.

Ministro no Oeste

O Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, estará em Foz do Iguaçu nesta sexta-feira (26). Fachin participará do "Simpósio sobre Ética Pública". Na abertura do evento será assinado o protocolo de intenções entre a Itaipu Binacional e a Comissão de Ética Pública, seguida pelas palestras "Democracia, Ética e Direitos Fundamentais no Brasil" e "Ética Pública e a condição da mulher na sociedade".

Exportação

O vice-governador Darci Piana apresentou ao embaixador do Uruguai, Guillhermo Valles Galmés, o projeto da Nova Ferroeste. "O Paraná tem no agronegócio a sua grande vocação, assim como o Uruguai, e podemos trabalhar juntos para buscar novos caminhos para melhorar os processos de exportação", disse Piana.

Nova Ferroeste

A Nova Ferroeste será o corredor de exportação entre o Mato Grosso do Sul e o Porto de Paranaguá, com ramais até Chapecó e Foz do Iguaçu, com potencial para potencializar as conexões produtivas na região de fronteira, e os números da Portos do Paraná, que bate recordes de movimentação há oito meses seguidos.

Mais saúde

A deputada federal Carol Dartora (PT) viabilizou uma emenda parlamentar no valor de R$ 1 milhão destinada ao Fundo Municipal de Saúde de Cascavel. "Com esse recursos também reforçamos o nosso compromisso com a luta pelo fortalecimento do SUS e pela valorização dos profissionais da saúde", destacou a deputada.

Pré-candidatos

Sete partidos anunciaram pré-candidatos à Prefeitura de Londrina até esta quinta-feira (25). São eles: Barbosa Neto (PDT), Isabel Diniz (PT), Jairo Tamura (União Brasil), Nelson Villa (PSDB), Maria Tereza Paschoal de Moraes (PP), Tercílio Turini (MDB) e Tiago Amaral (PSD).

Pré-candidatos II

Até a quarta-feira desta semana, Cascavel contabilizava seis pré-candidatos à Prefeitura. Entre os possíveis concorrentes estão: Edgar Bueno (PSDB), Fernando Mantovani (MDB), Henrique Mecabo (Novo), Liliam Porto (PT), Márcio Pacheco (PP) e Renato Silva (PL).

Lava Jato

O ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli decidiu anular todos os atos judiciais praticados contra Fábio Dallazem, ex-assessor do deputado federal e ex-governador do Paraná Beto Richa (PSDB), em investigações relacionadas à Lava Jato. Na prática, Toffoli estendeu a Dallazem os benefícios de uma decisão sobre Richa.

Legislação eleitoral

O governador Ratinho Júnior acerta os detalhes e faz as últimas reuniões antes de anunciar a reforma que pretende fazer no time de secretários de Estado. Algumas medidas são necessárias para cumprir a legislação eleitoral. Especulações afirmam que as mudanças ocorrerão nas Secretarias das Cidades, Inovação e Fazenda.

Conferência

A ministra Luciana Santos (Ciência, Tecnologia e Inovação) participou nesta quinta-feira (25) na UTFPR em Curitiba da abertura da 5ª Conferência Regional Sul de Ciência, Tecnologia e Inovação. Com o tema Justiça, Sustentabilidade e Desenvolvimento, o documento do encontro será usado na elaboração da nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o período de 2024 a 2030.

Confaz

O Paraná vai receber a 47ª Reunião do Comsefaz e a 195ª Reunião Ordinária do Confaz, entre os dias 4 e 6 de dezembro de 2024, em Foz do Iguaçu. Os encontros reúnem secretários de Fazenda de todo o País para discutir temas das áreas fiscal e fazendária dos estados.

Coluna publicada simultaneamente em 20 jornais e portais associados. Saiba mais em www.adipr.com.br.

CURITIBA / PR - EDITAL CENTER LTDA

CNPJ nº 04.150.383/0001-35
Diretor Comercial: Maurício Mosson
Avenida Candido de Abreu, nº 660 - Conj 201 Edifício Palladion
Centro Cívico - CEP 80530-000 - Curitiba/PR - **Fones: (41) 3024-6766**
Email: cial@ctbametropole.com.br
São José dos Pinhais / PR - Fones: 41 98868-2569 WhatsApp
Email: adm.metropole@hotmail.com
Contato Redação:
e-mail: lustosa18@gmail.com
Filiado: Sindicato das Empresas de Jornais e Revistas do Estado do Paraná

Filiado a ADIPR – Associação dos Jornais e Portais do Paraná
Representante em Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília: Merconet ADIPR
Ricardo Takiguti (41) 98405-2344
As matérias opinativas que venham assinadas, não expressam necessariamente a opinião do jornal

BRASILSAT HARALD S/A

CNPJ - 78.404.860/0001-88

Rua Guilherme Weigert, 1.955, Jardim Aliança, Santa Cândida, Curitiba/PR, CEP: 82720-000 Fone: (41) 2103-0511

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a grata satisfação de submeter à apreciação de V. Sas., o BALANÇO PATRIMONIAL, acompanhado das demonstrações financeiras, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.
Curitiba / Pr, 31 de dezembro de 2023.

BALANÇO PATRIMONIAL (em Reais) DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2023 E 31/12/2022

ATIVO	31.12.23	31.12.22	PASSIVO	31.12.23	31.12.22
CIRCULANTE	**154.699.456**	**167.193.953**	**CIRCULANTE**	**5.195.660**	**6.034.692**
Caixa e equivalentes de caixa	40.602	28.742	Fornecedores	1.873.754	2.131.952
Aplicações Financeiras	46.091.355	48.224.147	Empréstimos e Financiamentos	14.979	7.352
Contas a Receber de Clientes	13.445.665	18.938.631	Obrigações Sociais	1.598.542	1.485.623
Estoques	92.158.907	96.043.570	Obrigações Tributárias	615.311	1.006.385
Tributos a Recuperar	1.720.657	2.779.101	Adiantamentos de Clientes	756.464	1.066.770
Outros Créditos	1.242.270	1.179.762	Aluguéis a Pagar	-	-
			Outras Contas a Pagar	336.610	336.610
NÃO CIRCULANTE	**22.204.949**	**20.379.927**	**NÃO CIRCULANTE**	**7.736.138**	**2.497.065**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**4.176.989**	**2.253.781**	**EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**	**7.736.138**	**2.497.065**
Depósitos Judiciais	4.176.989	2.247.550	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Partes Relacionadas	-	6.231	Provisão para Contingências	576.138	1.043.454
Outros Créditos	-	-	Obrigações Tributárias	1.440.095	919.279
			Partes Relacionadas	5.185.574	-
			Tributos Diferidos	534.331	534.332
INVESTIMENTOS	**35.404**	**35.404**	**RECEITAS E DESPESAS DIFERIDAS**	**-**	**-**
			Faturamento Antecipado	-	-
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS	**3.969.204**	**3.969.204**			
IMOBILIZADO	**13.240.074**	**13.430.880**	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**163.972.607**	**179.042.123**
			Capital Social Integralizado	130.000.000	130.000.000
INTANGÍVEL	**783.278**	**690.658**	Capital Social Subscrito	130.000.000	130.000.000
			(-) Capital Social a Integralizar	-	-
			Reserva de Reavaliação	1.037.232	1.037.232
			Reserva Legal	6.072.041	6.072.041
			Lucro a Disposição da Assembléia Geral	26.863.334	41.932.850
TOTAL ATIVO	**176.904.405**	**187.573.880**	**TOTAL PASSIVO**	**176.904.405**	**187.573.880**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em Reais) DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2023 E 31/12/2022

	CAPITAL SOCIAL				RESERVAS DE LUCROS			
Descrição	Subscrito	A Integralizar	Integralizado	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	Reserva Legal	Lucros a Disposição da Assembléia	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (TOTAL GERAL)
Saldos em 31/12/2021	**130.000.000**	**-**	**130.000.000**	**1.037.232**	**5.563.535**	**32.271.224**	**-**	**168.871.991**
Resultado do Exercício (antes dos JCP)	-	-	-	-	-	-	10.170.132	10.170.132
Destinação 5% do Lucro p/ Reserva Legal	-	-	-	-	508.506	-	(508.506)	-
Lucros a Disposição da AGO	-	-	-	-	-	9.661.626	(9.661.626)	-
Saldos em 31/12/2022	**130.000.000**	**-**	**130.000.000**	**1.037.232**	**6.072.041**	**41.932.850**	**-**	**179.042.123**
Resultado do Exercício (antes dos JCP)	-	-	-	-	-	-	(15.069.516)	(15.069.516)
Absorção do Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	(15.069.516)	15.069.516	-
Saldos em 31/12/2023	**130.000.000**	**-**	**130.000.000**	**1.037.232**	**6.072.041**	**26.863.334**	**-**	**163.972.607**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (em Reais) DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2023 E 31/12/2022

	31.12.23	31.12.22
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**60.836.999**	**60.853.008**
Receita com Vendas - Mercado Interno	60.836.999	60.853.008
Receita com Vendas - Mercado Externo	-	-
Receita de Serviços - Mercado Interno	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**(12.803.249)**	**(11.964.043)**
Devoluções e Abatimentos	(448.850)	(596.892)
Impostos e Contribuições	(12.354.399)	(11.367.151)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**48.033.750**	**48.888.965**
Custo dos Produtos Vendidos	(37.144.923)	(29.351.301)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	**10.888.827**	**19.537.664**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(33.419.823)**	**(18.419.147)**
Despesas de Vendas	(1.016.035)	(1.361.830)
Despesas Gerais e Administrativas	(25.375.725)	(22.809.409)
Despesas Tributárias	(3.418.018)	(3.424.556)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(3.610.045)	9.176.648
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**(22.530.996)**	**1.118.517**
RESULTADO FINANCEIRO	**7.461.480**	**9.931.696**
Receitas Financeiras	8.249.737	10.706.061
Despesas Financeiras	(788.257)	(774.365)
RESULTADO OPERACIONAL	**(15.069.516)**	**11.050.213**
Outras Receitas (Despesas) Líquidas	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA PROVISÃO PARA CSLL e IRPJ	**(15.069.516)**	**11.050.213**
Provisão para Contribuição Social	-	(243.615)
Provisão para Imposto de Renda	-	(636.466)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA REVERSÃO DOS JCP	**(15.069.516)**	**10.170.132**
Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**(15.069.516)**	**10.170.132**
Quantidade de ações	130.000.000	130.000.000
RESULTADO POR AÇÃO	**(0,1159)**	**0,0782**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO (em Reais) DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2023 E 31/12/2022

	31.12.23	31.12.22
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	(15.069.516)	10.170.132
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	-	-
Depreciação e Amortização	2.308.063	2.205.639
Provisão para Contingências	(467.316)	(777.433)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	37.532	(342.748)
Baixas de bens do Ativo Imobilizado	19.756	10.544
	(13.171.481)	**11.266.134**
Aumento (Redução) nas contas do Ativo		
Contas a Receber de Clientes	5.455.434	22.186.194
Estoques	3.884.663	(15.701.215)
Tributos a Recuperar	1.058.444	577.843
Depósitos Judiciais	(1.929.439)	5.371.417
Outros Créditos	(62.507)	(143.235)
	8.406.595	**12.291.004**
Aumento (Redução) nas contas do Passivo		
Fornecedores	(258.198)	321.028
Obrigações Trabalhistas	112.918	406.794
Obrigações Tributárias	129.741	(7.184.542)
Adiantamentos de Clientes	(310.306)	(35.419)
Aluguéis a Pagar	-	-
Outras Contas a Pagar	-	(31.000)
	(325.845)	**(6.523.139)**
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	**(5.090.731)**	**17.033.999**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações Financeiras	2.132.792	(12.186.399)
Aquisições de Imobilizado	(1.760.994)	(3.640.563)
Aquisições do Intangível	(468.639)	(354.548)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	**(96.841)**	**(16.181.510)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de Recursos	-	-
Amortização de Empréstimos	7.627	7.113
Partes Relacionadas	5.191.805	(866.966)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	**5.199.432**	**(859.853)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**11.860**	**(7.364)**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**31.12.23**	**31.12.22**
No Início do Exercício	28.742	36.106
No Final do Exercício	40.602	28.742
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**11.860**	**(7.364)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (em Reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL
A BRASILSAT HARALD S.A. é uma sociedade por ações constituída em 20/09/1974 e tem por objetivo principal as seguintes atividades:
a) Comercialização, importação, exportação e fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo, incluindo a fabricação de antenas de telecomunicações, bem como conectores, cabos, receptores e decoderes de TV via satélite, antenas micro parabólicas e demais equipamentos e dispositivos para telecomunicações, estruturas e demais itens voltados para captação de energia eólica, artefatos de concreto pré-moldado para abrigo de equipamentos de informática e telecomunicação;
b) Galvanização;
c) Armazenagens de equipamentos e dispositivos para telecomunicações, antenas, refletores, containers;
d) Transporte rodoviário urbano e interurbano de carga própria;
e) Serviço de abastecimento de veículos próprios;
f) Locação de bens móveis, armazéns gerais, terminal de container cheios e vazios;
g) Participação em outras empresas controladas, coligadas e outros empreendimentos; e,
h) Importação de materiais de segurança.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade à Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação brasileira, bem como com os Princípios e Normas de Contabilidade aplicáveis. As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da empresa, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

NOTA 03 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS
a) Apuração do Resultado
O resultado, apurado pelo regime de competência de exercícios, inclui o reconhecimento dos rendimentos e encargos incidentes sobre os ativos e passivos circulantes, bem como os efeitos de ajustes de valores do ativo para o valor de realização ou de mercado quando aplicável.
b) Segregação das Contas
As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores a 360 dias estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante.
c) Caixa e equivalentes de caixa
Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.
d) Aplicações financeiras
São demonstradas pelo valor das aplicações, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras.
e) Contas a Receber
As contas de créditos com clientes estão avaliadas pelos valores fixados em contrato de vendas firmados e representam os saldos a receber dos clientes até a data do balanço.
f) Estoques
Os estoques de matérias primas, mercadorias para revenda e materiais auxiliares estão avaliados pelo custo médio de aquisição, líquidos de impostos recuperáveis, que não excede o valor de mercado. Os estoques de produtos em elaboração e de produtos acabados estão demonstrados pelos custos de produção.
g) Propriedades para investimentos
Os terrenos são avaliados pelo custo histórico de aquisição. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para que o bem específico tenha o uso pretendido.
h) Imobilizado
Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para que o item específico tenha o uso pretendido. A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos menos os seus valores residuais ao longo de suas vidas úteis estimadas, utilizando-se o método linear. As taxas anuais de depreciação estão demonstradas na nota 7.
i) Intangível
Os itens do intangível são avaliados pelo custo histórico de aquisição, menos a amortização acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para que o item específico tenha o uso pretendido.
j) Provisão para Imposto de Renda
A provisão para imposto de renda foi apurada com base no lucro real determinado de acordo com a legislação tributária em vigor. Foi aplicada a alíquota de 15% sobre o lucro real apurado, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela de lucro excedente a R$ 20 mil mensais, quando devido.
k) Provisão para Contribuição Social
A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido foi apurada com base no lucro real determinado de acordo com a legislação tributária em vigor. Foi aplicada a alíquota de 9% sobre o lucro real apurado, quando devida.

NOTA 04 - CONTAS A RECEBER
Do montante de R$ 13.445.665 do saldo de clientes em 31 de dezembro de 2023, R$ 3.552.976 ainda não foram realizados financeiramente, permanecendo em processo de negociação. A Alta Administração da Companhia e seus consultores jurídicos entendem serem suficientes as ações que estão sendo tomadas, junto aos seus clientes, para realização integral desses ativos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresenta o saldo de R$ 3.552.976 em 31/12/2023 (em 31/12/2022 era de R$ 11.909.988).

NOTA 05 - ESTOQUES

	31.12.23	31.12.22
Matéria Prima	62.145.314	71.137.645
Produtos em Elaboração	17.620.831	15.419.499
Produtos Acabados	10.467.540	11.544.121
Produtos para Revenda	3.123.062	3.163.107
Estoque de Materiais Auxiliares	1.864.089	1.648.851
Importações em Andamento	4.513.343	705.619
(-) Redução ao Valor Recuperável	(7.575.272)	(7.575.272)
Totais	**92.158.907**	**96.043.570**

NOTA 06 - PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS
Na composição de propriedades para investimento existem terrenos urbanos e rurais.
A propriedade para investimento denominada Fazenda São Joaquim, localizada no município de Teixeira Soares – PR, está envolvida em processo de desapropriação do imóvel rural para interesse social, sendo o autor do processo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
Em 31 de dezembro de 2023 (e 31 de dezembro de 2022) o saldo de propriedade para investimento, relacionado a esta fazenda, é de R$ 3.969.204.

NOTA 07 - IMOBILIZADO

Descrição	Taxa Anual	Custo Corrigido 31.12.23	Custo Corrigido 31.12.22
Edificações	4%	3.325	3.325
Instalações	10%	601.098	601.098
Benfeitorias	10%	3.331.153	3.224.999
Equipamentos Técnicos	10%	293.542	293.542
Campo de Provas	10%	919.490	919.490
Veículos	20%	1.090.529	1.090.529
Máquinas e Equipamentos	10%	74.543.810	73.224.733
Móveis e Utensílios	10%	1.446.867	1.445.571
Equipamentos de Informática	20%	4.184.854	4.467.241
Direito de Uso Telefone		73.463	73.463
Imobilizado em Andamento		4.427.335	4.290.922
Aparelhos de Comunicação	10%	67.098	67.098
Outras		1.618.113	1.610.213
Totais		**92.600.677**	**91.312.224**
(-) Depreciação Acumulada		**(79.360.603)**	**(77.881.344)**
Valor Residual		**13.240.074**	**13.430.880**

NOTA 08 - INTANGÍVEL

Descrição	Taxa Anual	Custo Corrigido 31.12.23	Custo Corrigido 31.12.22
Marcas e Patentes		9.729	9.729
Software	20%	5.122.617	4.653.979
Totais		**5.132.346**	**4.663.708**
(-) Amortização Acumulada		**(4.349.068)**	**(3.973.050)**
Valor Residual		**783.278**	**690.658**

NOTA 09 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Circulante 31.12.23	Circulante 31.12.22	Longo Prazo 31.12.23	Longo Prazo 31.12.22
Outros empréstimos	14.979	7.352	-	-
Totais	**14.979**	**7.352**	**-**	**-**

O saldo de outros empréstimos trata-se de cheques a compensar não liquidados pelo banco até a data do balanço.

NOTA 10 - PARTES RELACIONADAS
Os saldos com partes relacionadas são os seguintes:

	31.12.23	31.12.22
Ativo Circulante	**-**	**-**
Clientes Brasilsat Ltda.	-	-
Ativo Não Circulante	**-**	**6.231**
Valor a Receber Brasilsat Ltda	-	6.231
Passivo Circulante	**250.002**	**343.348**
Fornecedores Brasilsat Ltda.	250.002	343.348
Passivo Não Circulante	**5.185.574**	**-**
Valor a Pagar Brasilsat Ltda	5.185.574	-

Referem-se a operações financeiras entre a Companhia e a controladora Brasilsat Ltda, na modalidade de conta corrente. Não há incidência de juros sobre as operações.

NOTA 11 - CAPITAL SOCIAL
O capital social subscrito e integralizado está representado por 130.000.000 ações ordinárias nominativas (130.000.000 em 2022) no valor nominal de R$ 1,00 cada uma.

DIRETORIA

JOÃO DO ESPÍRITO SANTO ABREU – Diretor Presidente
GELZA REGINA DE ABREU – Diretora Vice-Presidente
JOÃO ALEXANDRE DE ABREU – Diretor Vice-Presidente
GELZA TEIXEIRA DE ABREU – Diretora Administrativa

CLÁUDIO JOSÉ KAVIATKOVSKI
Técnico em Contabilidade - CRC/PR: 021779/O-6

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Comarca de Curitiba — Estado do Paraná

REGISTRO DE IMÓVEIS DA 8° CIRCUNSCRIÇÃO
RUA JOSÉ LOUREIRO, 133 - 17° ANDAR - FONE: 3233-4107
www.8registro.com.br
ITALO CONTI JÚNIOR
AGENTE DELEGADO
CPF/MF Nº 004.056.559-91

EDITAL DE INTIMAÇÃO

COM PRAZO DE 15 DIAS

ÍTALO CONTI JÚNIOR, Oficial do Cartório do 8º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Curitiba, no uso de suas atribuições, etc...

Ref. Prot.: 775069

FAZ SABER a **VALMIR DA APARECIDA ORTIZ** e s/m **FAYRA THAILINE DE SOUZA ORTIZ**, brasileiros, casados, em 08/08/2008, sob o regime de comunhão parcial de bens, proprietário de microempresa e auxiliar administrativo, portadores, ele da C.I. nº 7.726.563-5-PR e do CPF/MF nº 023.542.409-96, ela da C.I. nº 9.419.204-8-PR e do CPF/MF nº 082.697.949-10, residentes e domiciliad os : 1 - Rua Ângelo Tozim, nº 1399, Bloco 22, Apartamento 32, Bairro: Tatuquara, CEP: 81.490.030, CURITIBA-PR, 2 - Rua Antônio Lara, n° 151, Bairro: Ipê, CEP: 83.055-425, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR, que não sendo encontrad os nos endereços supra, conforme certidões exaradas em 15 de fevereiro de 2024 e 25 de março de 2024, nas Cartas de Intimação registradas sob nºs 846.541, 846.542, 336.583 e 336.584, no 2° Registro de Títulos e Documentos de Curitiba-PR e Registro de Títulos e Documentos de São José dos Pinhais-PR, em 14/02/2024 e 15/03/2024, ficam pelo presente Edital, **INTIMAD OS** para fins de pagamento do débito correspondente as parcelas vencidas no período de 21/08/2023 até 21/03/2024, totalizando o saldo devedor de R$4.788,44 (quatro mil, setecentos e oitenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), posicionados até 09/04/2024, sujeito à atualização monetária, aos juros de mora até a data do efetivo pagamento e às despesas de cobrança, somando-se, também, as prestações e os encargos que se vencerem neste período, decorrentes do Contrato por Instrumento Particular de Compra e Venda de Terreno e Mútuo para Construção de Unidade Habitacional com Fiança, Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Obrigações, com caráter de escritura pública, na forma da lei, firmado nesta Capital, em 21 de setembro de 2012, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Popular, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida, na forma da Lei nº 11.977, de 07.07.2009, alterada pela Lei nº 12.424, de 16.06.2011, objeto do registro nº 4 (quatro), da Matrícula nº 166.787, desta Serventia, referente ao imóvel constituído pelo APARTAMENTO nº 32 (trinta e dois), do Tipo B, localizado no Quarto (4º) Pavimento ou Terceiro (3º) Andar, do BLOCO 22 (vinte e dois), do "RESIDENCIAL CIDADE DE BRONI", situado à Rua Ângelo Tozim, nº 1399 - Campo de Santana, nesta Cidade de Curitiba, em que figura como credor(a) fiduciário(a) o(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, CNPJ/MF 00.360.305 /0001-04.

Assim, tendo expirado o prazo de carência, convencionado no contrato, para o procedimento de cobrança, ficam INTIMAD OS V.Sªs. para que se dirijam ao Cartório da 8ª Circunscrição Imobiliária desta Comarca, a meu cargo, situado à Rua José Loureiro, nº 133, Edifício Mauá, 17º andar – Centro, Curitiba-PR, no horário das 8:30 as 17:00 horas, onde deveram efetuar a purga do débito acima discriminado no **prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis**, contados da data da terceira e última publicação deste Edital.

Ficam, ainda, CIENTIFICADOS V.Sªs, de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, CNPJ/MF 00.360.305/0001-04, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Curitiba, 09 de abril de 2024.

ÍTALO CONTI JÚNIOR - Agente Delegado

ROZANGELA RODRIGUES DE OLIVEIRA - Escrevente Juramentado

CARLA RUBIA DOS SANTOS - Escrevente Indicada

SANDRA R. PELEGRINELLI DOS SANTOS - Escrevente Indicada

Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.

Assinado por: CARLA RUBIA DOS SANTOS No dia: 19/04/2024

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Comarca de Curitiba — Estado do Paraná

REGISTRO DE IMÓVEIS DA 8° CIRCUNSCRIÇÃO
RUA JOSÉ LOUREIRO, 133 - 17° ANDAR - FONE: 3233-4107
www.8registro.com.br
ITALO CONTI JÚNIOR
AGENTE DELEGADO
CPF/MF Nº 004.056.559-91

EDITAL DE INTIMAÇÃO

COM PRAZO DE 15 DIAS

ÍTALO CONTI JÚNIOR, Oficial do Cartório do 8º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Curitiba, no uso de suas atribuições, etc...

Ref. Prot.: 775115

FAZ SABER a **MARCELO RAMOS DE NOVAIS** e s/m **PATRÍCIA BERNARDO**, brasileiros, casados, em 19/12 /2012, sob o regime de comunhão parcial de bens, motorista e vendedora, portadores, ele da C.I. nº 7.159.196-4-PR e inscrito no CPF/MF sob nº 057.272.559-02, ela da C.I. nº 8.340.367-5-PR e inscrita no CPF/MF sob nº 047.179.389-25, residentes e domiciliad os : 1 - Rua Lothario Boutin, nº 220, Torre 15, Apartamento 204, Bairro: Pinheirinho, CEP: 81.110-522; 2 - Rua Rosa Rigoni Landal, nº 525, Bloco 06, Apartamento 34, Bairro: Cidade Industrial, CEP: 81.260-240, CURITIBA-PR, que não sendo encontrad os nos endereços supra, conforme certidões exaradas em 29/02/2024, nas Cartas de Intimação registradas sob nºs 846.562 e 846.563, no 2° Registro de Títulos e Documentos, desta Comarca, em 14/02/2024, ficam pelo presente Edital, **INTIMAD OS** para fins de pagamento do débito correspondente as parcelas vencidas no período de 21/08/2022 até 21/03/2024, totalizando o saldo devedor de R$28.487,60 (vinte e oito mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos), posicionados até 19/03/2024, sujeito à atualização monetária, aos juros de mora até a data do efetivo pagamento e às despesas de cobrança, somando-se, também, as prestações e os encargos que se vencerem neste período, decorrentes do Contrato por Instrumento Particular de Compra e Venda de Terreno e Mútuo para Construção de Unidade Habitacional, Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Obrigações - Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV - Recursos do FGTS - com Utilização dos Recursos da Conta Vinculada do FGTS dos Devedores Fiduciantes - Contrato nº 8.5555.3419504-3, com caráter de escritura pública, na forma da lei, firmado nesta Capital, em 21 de agosto de 2015, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Popular, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida, na forma da Lei nº 11.977, de 07.07.2009, alterada pela Lei nº 12.424, de 16.06.2011, objeto do registro nº 5 (cinco), da Matrícula nº 177.065, desta Serventia, referente ao imóvel constituído pelo APARTAMENTO nº 204 (duzentos e quatro), localizado no Segundo (2º) Pavimento ou Primeiro (1º) Tipo, da TORRE 15 (quinze), do Conjunto Residencial denominado "SPAZIO COSENZA", situado à Rua Lothario Boutin, nº 220 - Pinheirinho, nesta Cidade de Curitiba, em que figura como credor(a) fiduciário(a) o(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, CNPJ/MF 00.360.305/0001-04.

Assim, tendo expirado o prazo de carência, convencionado no contrato, para o procedimento de cobrança, ficam INTIMAD OS V.Sªs. para que se dirijam ao Cartório da 8ª Circunscrição Imobiliária desta Comarca, a meu cargo, situado à Rua José Loureiro, nº 133, Edifício Mauá, 17º andar – Centro, Curitiba-PR, no horário das 8:30 as 17:00 horas, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no **prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis**, contados da data da terceira e última publicação deste Edital.

Ficam, ainda, CIENTIFICADOS V.Sªs. de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, CNPJ/MF 00.360.305/0001-04, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Curitiba, 19 de março de 2024.

ÍTALO CONTI JÚNIOR - Agente Delegado

ROZANGELA RODRIGUES DE OLIVEIRA - Escrevente Juramentado

CARLA RUBIA DOS SANTOS - Escrevente Indicada

SANDRA R. PELEGRINELLI DOS SANTOS - Escrevente Indicada

Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.

Assinado por: CARLA RUBIA DOS SANTOS No dia: 19/04/2024

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Comarca de Curitiba — Estado do Paraná

REGISTRO DE IMÓVEIS DA 8° CIRCUNSCRIÇÃO
RUA JOSÉ LOUREIRO, 133 - 17° ANDAR - FONE: 3233-4107
www.8registro.com.br
ITALO CONTI JÚNIOR
AGENTE DELEGADO
CPF/MF Nº 004.056.559-91

EDITAL DE INTIMAÇÃO

COM PRAZO DE 15 DIAS

ÍTALO CONTI JÚNIOR, Oficial do Cartório do 8º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Curitiba, no uso de suas atribuições, etc...

Ref. Prot.: 780096

FAZ SABER a **ELIAS MARQUES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, maior, diretor de estúdio, portador da C.I. nº 6.291.754-7-PR e inscrito no CPF/MF sob nº 021.371.729-84, residente e domiciliad o : 1 - Rua Engenheiro Eduardo Afonso Nadolny, n° 279, Casa 01, Bairro: Cidade Industrial, CEP: 81.460-283; 2 - Rua Robert Redzimski, nº 340, Bloco 03, Apartamento 22, Bairro: Cidade Industrial, CEP: 81.270-102, CURITIBA-PR, que não sendo encontrad o nos endereços supra, conforme certidão exarada em 01 de abril de 2024, na Carta de Intimação registrada sob nº 847.332, no 2° Registro de Títulos e Documentos, desta Comarca, em 12/03/2024, fica pelo presente Edital, **INTIMAD O** para fins de pagamento do débito correspondente as parcelas vencidas no período de 01/10/2023 até 01/04/2024, totalizando o saldo devedor de R$13.137,24 (treze mil, cento e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos), posicionados até 11/04/2024, sujeito à atualização monetária, aos juros de mora até a data do efetivo pagamento e às despesas de cobrança, somando-se, também, as prestações e os encargos que se vencerem neste período, decorrentes do Contrato de Venda e Compra de Imóvel, Mútuo e Alienação Fiduciária em Garantia no SFH - Sistema Financeiro da Habitação com Utilização dos Recursos da Conta Vinculada do FGTS do Devedor - Contrato nº 1.4444.1218959-6, por instrumento particular com caráter de escritura pública, na forma da Lei, firmado em Curitiba-PR, em 23 de dezembro de 2019, objeto do registro nº 7 (sete), da Matrícula nº 172.284, desta Serventia, referente ao imóvel constituído pela CASA nº 01 (um), do "CONJUNTO ESTELLA II", situado à Rua Júlio Xavier Vianna, nº 130, esquina com a Rua Engenheiro Eduardo Afonso Nadolny, nº 279, nesta Capital, em que figura como credor(a) fiduciário(a) o(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, CNPJ/MF: 00.360.305/0001-04.

Assim, tendo expirado o prazo de carência, convencionado no contrato, para o procedimento de cobrança, fica INTIMAD O V.Sª. para que se dirija ao Cartório da 8ª Circunscrição Imobiliária desta Comarca, a meu cargo, situado à Rua José Loureiro, nº 133, Edifício Mauá, 17º andar – Centro, Curitiba-PR, no horário das 8:30 as 17:00 horas, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no **prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis**, contados da data da terceira e última publicação deste Edital.

Fica, ainda, CIENTIFICADO V.Sª. de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, CNPJ/MF: 00.360.305/0001-04, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

ÍTALO CONTI JÚNIOR - Agente Delegado

ROZANGELA RODRIGUES DE OLIVEIRA - Escrevente Juramentado

CARLA RUBIA DOS SANTOS - Escrevente Indicada

SANDRA R. PELEGRINELLI DOS SANTOS - Escrevente Indicada

Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.

Assinado por: CARLA RUBIA DOS SANTOS No dia: 19/04/2024

GESTAMP BRASIL IND. DE AUTOPEÇAS S/A

CNPJ - 02.147.467/0001-94

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 com Relatório do Auditor Independente

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	**561.900**	747.637	**656.904**	773.365
Contas a receber de clientes (Nota 5)	**161.247**	125.007	**169.627**	131.788
Estoques (Nota 6)	**369.357**	348.048	**450.437**	378.107
Adiantamentos a fornecedores	**16.537**	20.645	**28.879**	25.583
Impostos e contribuições compensar (Nota 7)	**191.450**	123.097	**214.286**	132.883
Partes relacionadas (Nota 13)	**71.290**	114.410	**28.308**	63.198
Outros ativos circulantes	**9.852**	6.543	**10.044**	6.684
Total do ativo circulante	**1.381.633**	1.485.387	**1.558.485**	1.511.608
Não circulante				
Impostos e contribuições compensar (Nota 7)	**45.666**	46.800	**52.060**	53.106
Depósitos judiciais (Nota 15)	**1.050**	1.102	**1.083**	1.135
Demais contas a receber	**16.284**	22.640	**16.284**	22.640
Impostos diferidos (Nota 14)	**58.209**	57.169	**60.484**	59.670
Investimentos (Nota 8)	**199.201**	160.075	**11.523**	11.358
Imobilizado (Nota 9)	**1.222.292**	1.200.922	**1.392.967**	1.355.303
Intangível (Nota 10)	**-**	-	**17.697**	17.697
Total do ativo não circulante	**1.542.702**	1.488.708	**1.552.098**	1.520.909
Total do ativo	**2.924.335**	2.974.095	**3.110.583**	3.032.517

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Passivo				
Circulante				
Fornecedores (Nota 11)	**86.964**	259.510	**153.548**	275.060
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	**79.154**	98.137	**79.154**	98.137
Adiantamentos de clientes	**76.340**	64.347	**163.252**	66.760
Tributos a recolher	**29.195**	22.106	**31.933**	30.486
Salários e encargos a pagar	**59.341**	55.669	**70.324**	65.358
Partes relacionadas (Nota 13)	**702.474**	1.368.066	**704.613**	1.369.777
Outros passivos circulantes	**59.041**	40.886	**65.701**	49.852
Total do passivo circulante	**1.092.509**	1.908.721	**1.268.525**	1.955.430
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	**104.472**	138.722	**104.472**	138.722
Partes relacionadas (Nota 13)	**597.234**	-	**597.234**	-
Outros passivos	**-**	-	**-**	2.949
Provisão para litígios (Nota 15)	**66.791**	59.781	**77.023**	68.545
Juros sobre capital próprio a pagar	**19**	19	**19**	19
Total do passivo não circulante	**768.516**	198.522	**778.748**	210.235
Patrimônio líquido (Nota 16)				
Capital social	**229.914**	229.914	**229.914**	229.914
Reserva de capital	**418.367**	418.367	**418.367**	418.367
Reserva legal	**33.369**	22.393	**33.369**	22.393
Reservas de incentivos fiscais	**91.852**	-	**91.852**	-
Hedge accounting - Empréstimos	**(9.787)**	1.687	**(9.787)**	1.687
Ajuste de avaliação patrimonial	**(59.616)**	(48.011)	**(59.616)**	(48.011)
Reserva de lucros	**359.211**	242.502	**359.211**	242.502
Total do patrimônio líquido	**1.063.310**	866.852	**1.063.310**	866.852
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.924.335**	2.974.095	**3.110.583**	3.032.517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação, expresso em reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita líquida (Nota 17)	**3.549.248**	3.240.909	**3.967.927**	3.677.141
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados (Nota 18)	**(2.999.307)**	(2.679.524)	**(3.346.478)**	(3.042.768)
Lucro bruto	**549.941**	561.385	**621.449**	634.373
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas (Nota 18)	**(11.491)**	(11.617)	**(11.494)**	(11.702)
Despesas gerais e administrativas (Nota 18)	**(265.325)**	(241.989)	**(293.286)**	(273.978)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 8)	**51.650**	30.163	**12.689**	3.929
Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 19)	**583**	14.619	**593**	14.618
	(224.583)	(208.824)	**(291.498)**	(267.133)
Lucro antes do resultado financeiro	**325.358**	352.561	**329.951**	367.240
Despesas financeiras (Nota 20)	**(212.826)**	(198.067)	**(220.374)**	(205.336)
Receitas financeiras (Nota 20)	**87.562**	39.348	**95.634**	44.185
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**200.094**	193.842	**205.211**	206.089
Imposto de renda e contribuição social corrente (Nota 14)	**18.403**	(38.900)	**13.512**	(54.911)
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 14)	**1.040**	(10.503)	**814**	(6.739)
Lucro líquido do exercício	**219.537**	144.439	**219.537**	144.439
Quantidade de ações (Nota 16.a)	**229.914.393**	229.914.393	**229.914.393**	229.914.393
Lucro por ação - em reais	**1,00**	0,63	**1,00**	0,63

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**219.537**	144.439	**219.537**	144.439
Ajuste de avaliação patrimonial	**(11.605)**	(8.237)	**(11.605)**	(8.237)
Hedge *accounting* - Empréstimos	**(11.474)**	(5.202)	**(11.474)**	(5.202)
Total do resultado abrangente, líquido de impostos	**196.458**	131.000	**196.458**	131.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Hedge accounting - empréstimos	Reservas de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	229.914	418.367	15.170	6.889	-	(39.774)	105.286	-	735.852
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	144.439	144.439
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 16.c)	-	-	-	-	-	(8.237)	-	-	(8.237)
Reserva legal	-	-	7.223	-	-	-	-	(7.223)	-
Hedge cambial - empréstimos (Nota 16.d)	-	-	-	(5.202)	-	-	-	-	(5.202)
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	137.216	(137.216)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	229.914	418.367	22.393	1.687	-	(48.011)	242.502	-	866.852
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**219.537**	**-**	**219.537**
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 16.c)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(11.605)**	**-**	**-**	**(11.605)**
Reserva legal	**-**	**-**	**10.977**	**-**	**-**	**-**	**(10.977)**	**-**	**-**
Reservas de incentivo fiscal (Nota 16.e)	**-**	**-**	**-**	**-**	**91.852**	**-**	**(91.852)**	**-**	**-**
Hedge cambial - empréstimos (Nota 16.d)	**-**	**-**	**-**	**(11.474)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(11.474)**
Reserva de lucros	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2023.	**229.914**	**418.367**	**33.370**	**(9.787)**	**91.852**	**(59.616)**	**359.210**	**-**	**1.063.310**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**219.537**	144.439	**219.537**	144.439
Atividades operacionais:				
Depreciação	**116.087**	107.388	**127.134**	116.057
Valor residual dos bens do ativo permanente baixado	**-**	82.407	**-**	82.407
Equivalência patrimonial em controladas	**(50.731)**	(30.163)	**(11.770)**	(3.928)
Provisão para perdas com clientes	**156**	92	**156**	92
Ajuste a valor presente	**(18.895)**	14.543	**(19.392)**	14.667
Provisão para contingências	**7.010**	(4.255)	**8.478**	2.989
Provisão juros mútuo	**-**	35.409	**-**	35.409
Provisão para perdas com estoque	**2**	(209)	**2**	(209)
Provisão contratos onerosos	**-**	(8.136)	**-**	(8.136)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(1.040)**	10.503	**(814)**	6.739
Juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos	**-**	25.363	**-**	25.363
Variação cambial	**-**	(19.405)	**-**	(19.405)
	272.126	357.976	**323.331**	396.484
(Aumento) redução de ativos				
Contas a receber de clientes	**(30.148)**	(120.680)	**(34.373)**	(126.916)
Adiantamento a fornecedores	**4.108**	1.383	**(3.296)**	5.573
Estoques	**(18.047)**	(82.791)	**(62.889)**	(66.667)
Impostos a recuperar	**(67.219)**	89.778	**(80.357)**	96.681
Créditos com partes relacionadas	**43.120**	(55.850)	**34.890**	(52.324)
Outros créditos	**3.099**	6.243	**3.048**	6.251
	(65.087)	(161.917)	**(142.977)**	(137.401)
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	**(163.163)**	107.167	**(115.185)**	80.048
Salários e encargos sociais	**3.672**	14.399	**4.966**	17.924
Valores a pagar a partes relacionadas	**(68.358)**	326.347	**(67.930)**	319.424
Adiantamento de clientes	**11.993**	29.519	**96.492**	846
Outras contas a pagar	**18.155**	(8.061)	**12.900**	558
Impostos, taxas e contribuições	**7.089**	4.925	**1.447**	11.882
	(190.612)	474.296	**(67.310)**	430.682
Caixa líquido originado das atividades operacionais	**16.427**	670.355	**113.044**	689.765
Atividades de investimento:				
Alienação de imobilizado	**586**	-	**586**	-
Aquisição de imobilizado	**(138.156)**	(189.967)	**(165.380)**	(211.870)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	**(137.457)**	(189.967)	**(164.798)**	(211.870)
Atividades de financiamento:				
Empréstimos e financiamentos				
Captações terceiros	**(53.233)**	188.500	**(53.233)**	188.500
Hedge cambial empréstimos	**(11.474)**	(5.202)	**(11.474)**	(5.202)
Amortizações de principal e juros	**-**	(316.396)	**-**	(316.396)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	**(64.707)**	(133.098)	**(64.707)**	(133.098)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(185.737)**	347.290	**(116.461)**	344.797
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	**747.637**	400.347	**773.365**	428.568
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	**561.900**	747.637	**656.904**	773.365
Itens que não afetam caixa:				
Aquisição a prazo de imobilizado	**(17.356)**	(25.224)	**(29.196)**	(25.224)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia

A Gestamp Brasil Ind. de Autopeças S/A ("Companhia"), anteriormente denominada Gestamp Paraná S/A, com sede em São José dos Pinhais, Estado do Paraná, foi constituída em 16 de julho de 1997 e iniciou suas operações em 10 de junho de 1999. A Companhia tem como objetivo social a industrialização, importação e exportação de componentes automotivos, bem como a participação em outras sociedades. Em 01 de abril de 2018, adquiriu 100% da Gestamp Sorocaba Metalúrgica Ltda, (anteriormente denominada NCSG Sorocaba Metalúrgica Ltda.), cujo objetivo social é a industrialização, comercialização, importação e exportação de artefatos de metais, relacionados aos ramos da metalurgia, estamparia, usinagem, soldagem, pintura e ferramentaria, fabricação de peças e acessórios automotivos, podendo ainda participar de outras empresas no País ou no exterior na condição de sócia, quotista ou acionista; a prestação de serviços de desenvolvimento de processos de fabricação; armazenagem de mercadorias em geral.

2. Sumário das políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras da Controladora, aqui denominadas demonstrações financeiras individuais, estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, recuperabilidade dos impostos diferidos, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e de obsolescência dos estoques.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para emissão pela administração em 23 de abril de 2024.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

Conforme divulgado na nota 1, em 01 de abril de 2018, a Companhia efetuou a aquisição de 100% da Gestamp Sorocaba Metalúrgica Ltda, obtendo o controle a partir daquela data, passando então a apresentar demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia detinha controle sobre a seguinte entidade:

Controlada	País	% de participação 2023	% de participação 2022
Gestamp Sorocaba Industria Metalúrgica Ltda.	Brasil	**100%**	100%

2.3. Investimentos

Controlada

A participação societária na controlada está avaliada pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido na controlada são eliminados integralmente. As informações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Controladora.

Controlada é a entidade na qual a Companhia detém o controle. Uma controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de uma controlada em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Não-controlada

A participação societária em entidades não controlada está avaliada pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas essas participações são apresentadas como investimentos. As participações societárias onde a Companhia não exerce controle estão divulgadas na nota explicativa 8.

2.4. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração do resultado.

2.5. Ativos Intangíveis

Ágio (*"Goodwill"*)

O ágio resulta da aquisição de controlada e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O ágio resultante na aquisição de controlada é incluído em investimento nas demonstrações financeiras da Controladora e como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.6. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.7. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.8. Caixa e equivalente de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

2.9. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando relevante, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. O prazo médio de recebimento é equivalente a 30 dias.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério o histórico de perdas de crédito ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

2.10. Estoques

Os estoques de matérias primas, insumos, materiais e mercadoria para revenda são avaliados ao custo médio de aquisição ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

● Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio; e

● Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra, e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos quando aplicável.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.11. Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. A variação cambial de investimentos no exterior é registrada no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial.

2.12. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatário, aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de baixo valor, que a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

2.13. Imobilizado

Registrados ao custo de aquisição ou formação. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo.

	Média ponderada de vida útil
Edificações	25 anos
Instalações fabris	10 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática e softwares	5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A Companhia revisa periodicamente a vida útil do ativo imobilizado.

Custos de empréstimos

Custos de empréstimos, quando materiais, diretamente relacionados com a construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia e sua controlada capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

2.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e sua controlada não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, intangíveis ou outros ativos não financeiros poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos

2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação. Para as transações a prazo a Companhia utiliza a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo. O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contrapartida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerado como receita financeira e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e custos, e sua realização tem como contrapartida a conta de despesa financeira, pela fruição do prazo de seus fornecedores.

2.16. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

2.17. Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

● Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

● Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e

● O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços da Companhia e de sua controlada estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	4% a 18%
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	0% a 5%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%

Esses encargos são demonstrados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.18. Benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia e de sua controlada incluem, em adição a remuneração fixa (Salários e Contribuições Para a Seguridade Social - "INSS", férias e 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.19. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) / (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.20. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

a) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

As classificações dos ativos financeiros são baseadas no modelo de negócios da Companhia e sua controlada para a gestão destes ativos nas características dos fluxos de caixa contratuais, sendo classificados conforme segue:

● Instrumentos de dívida mensurados a custo amortizado ("CA");

● Instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA");

● Instrumentos de dívida, derivativos, instrumentos de patrimônio e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio do resultado ("VJR").

A Companhia e sua controlada determinam a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ("CA") ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ("VJR"), independentemente do modelo de negócio adotado.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ao custo amortizado (instrumento de dívida)

Os ativos financeiros são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quanto o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumento de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumento patrimonial)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente.

Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado e não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

Ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

● Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

● A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou

(b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

ii) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

● Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e

● Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC

48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.21. Fornecedores participantes de operações "risco sacado"

A Companhia entra em uma operação de risco sacado (*supply chain finance*) com uma instituição financeira com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que os fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina da Companhia. Nesta operação, a instituição financeira se oferece separadamente para pagar antecipadamente ao nosso fornecedor em troca de um desconto e, quando contratado entre o banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Companhia paga à instituição financeira na data de pagamento original o valor nominal total da obrigação originária. Esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta a Companhia com encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pela Companhia.

Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Companhia representam compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram os fluxos de caixa da Companhia. Dessa forma, a Companhia continua reconhecendo o passivo como "Fornecedores" e essas transações são apresentadas em atividades operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa.

2.22. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 50 - Contratos de seguro:

O CPC 50 é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O CPC 50 substitui o CPC 11 - Contratos de Seguro.

O CPC 50 se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do CPC 50 é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes.

Continua

O CPC 50 é baseado em um modelo geral, complementado por: Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (Alterações ao CPC 26);

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável)
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Definição de estimativas contábeis - Alterações ao CPC 23 políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

As alterações ao CPC 23, esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Divulgação de políticas contábeis - Alterações ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis

As alterações ao CPC 26 (R1) fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Reforma tributária internacional - Regras do modelo do Pilar Dois - Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro

As alterações ao CPC 32 estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

As alterações ao CPC 32 foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e

Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 14.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para litígios

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalente de caixa

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e bancos	**416**	566	**482**	25.832
Aplicações financeiras	**561.483**	747.071	**656.421**	747.533
	561.900	747.637	**656.904**	773.365

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos diários remuneradas a taxas de 101% em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

5. Contas a receber de clientes

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Contas a receber	**486.709**	470.289	**503.644**	482.574
Variação cambial	**(277)**	(56)	**(277)**	(56)
Factoring (a)	**(341.444)**	(344.906)	**(350.000)**	(350.608)
Contas a receber - POC	**17.150**	6.975	**17.150**	7.252
Ajuste a valor presente	**-**	(6.248)	**-**	(6.327)
Provisão para devedores duvidosos	**(891)**	(1.047)	**(891)**	(1.047)
	161.247	125.007	**169.626**	131.788

(a) Os contratos de cessão de crédito são sem coobrigação, transferem às instituições financeiras todos os riscos e benefícios dos recebíveis, assim como os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa do ativo financeiro.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo no início do exercício	**(1.047)**	(955)	**(1.047)**	(955)
Adições	**(306)**	825	**(306)**	825
Recuperações/realizações	**461**	(917)	**461**	(917)
Saldo no final do exercício	**(892)**	(1.047)	**(892)**	(1.047)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
A vencer	**460.581**	463.199	**474.370**	473.818
A vencer - POC	**11.413**	10.688	**11.413**	10.688
Vencidos a:				
De 1 a 30 dias	**8.876**	1.986	**11.564**	3.915
De 31 a 90 dias	**13.205**	850	**13.664**	863
De 91 a 180 dias	**8.714**	411	**8.714**	411
Acima de 181 dias	**793**	74	**793**	75
Total	**503.582**	477.208	**520.518**	489.770

A Companhia não requer garantias sobre as vendas a prazo.

6. Estoques

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Produtos acabados	**39.517**	36.193	**45.250**	40.876
Produtos semielaborados	**81.120**	76.396	**86.940**	83.409
Ferramentas em elaboração	**117.084**	116.563	**168.076**	120.065
Matérias-primas e embalagens	**60.070**	68.753	**70.548**	78.027
Materiais de manutenção	**76.065**	57.904	**84.122**	63.849
Ajuste a valor presente	**-**	(3.264)	**-**	(3.622)
Provisão para perdas	**(4.499)**	(4.497)	**(4.499)**	(4.497)
	369.357	348.048	**450.437**	378.107

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo no início do exercício	**(4.497)**	(4.706)	**(4.497)**	(4.706)
Adições	**(382)**	6.049	**(382)**	6.049
Recuperações/realizações	**380**	(5.840)	**380**	(5.840)
Saldo no final do exercício	**(4.499)**	(4.497)	**(4.499)**	(4.497)

7. Impostos e contribuições sociais a compensar

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
ICMS	**128.213**	111.182	**142.672**	119.405
IPI	**8.256**	11.023	**8.326**	11.023
PIS E COFINS	**5.447**	22.750	**6.779**	27.193
IRPJ E CSLL	**91.965**	19.426	**105.169**	22.688
INSS	**-**	2.067	**3.399**	3.612
Outros	**3.234**	3.449	**-**	2.068
	237.115	169.897	**266.345**	185.989
Circulante	**191.450**	123.097	**214.286**	132.883
Não-circulante	**45.666**	46.800	**52.060**	53.106
Total	**237.116**	169.897	**266.346**	185.989

a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados nas unidades produtoras e comerciais da Companhia.

b) Não-Circulante

O saldo do Não Circulante é composto por ICMS, PIS e COFINS de Longo Prazo, decorrentes das compras de ativo imobilizado, e sua utilização se dá de acordo com a legislação, por exemplo em 48 parcelas apropriadas mensalmente. Esse saldo sempre se renova uma vez que a companhia está sempre efetuando novas compras de ativos.

c) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis na aquisição de matéria prima, outros materiais e embalagens.

d) PIS e COFINS

O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não-cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação

e) Imposto de Renda e Contribuição Social - IRPJ e CSLL

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

8. Investimentos

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Gestamp Baires S/A.	**9.907**	8.594	**9.907**	8.594
Gestamp Córdoba S/A.	**1.616**	2.764	**1.616**	2.764
Gestamp Sorocaba Industria Metalúrgica Ltda.	**171.691**	132.730	**-**	-
Ágio na aquisição da Gestamp Gravataí	**15.987**	15.987	**-**	-
	199.201	160.075	**11.523**	11.358

A Companhia detém participação, sem deter controle, de 6,77% do patrimônio líquido da Gestamp Baires S/A e 3,16% da Gestamp Córdoba S/A. Adicionalmente, possui controle e detém 100% da Gestamp Sorocaba Metalúrgica Sorocaba Ltda. Ambos os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o investimento relativo a Gestamp Sorocaba é consolidado.

O patrimônio líquido da Gestamp Baires S/A é R$146.337 (R$126.940 em 2022) e da Gestamp Córdoba S/A é R$51.217 (R$87.558 em 2022). O resultado líquido do exercício da Gestamp Baires S/A e da Gestamp Córdoba S/A, é respectivamente de R$13.915 e R$(287) (R$30.031 e R$(16.150), respectivamente em 2022). O patrimônio líquido da Gestamp Sorocaba Industria Metalúrgica Ltda é R$158.278 (R$119.317 em 2022). O lucro líquido do exercício da Gestamp Sorocaba é de R$38.961 (Lucro Líquido de R$26.234 em 2022).

Controladora

	Gestamp Baires S.A.	Gestamp Córdoba S.A.	Total Consolidado	Ágio - Gestamp Gravataí	Gestamp Sorocaba Metalúrgica Ltda	Total
31 de dezembro de 2021	12.957	2.709	15.666	15.987	106.496	138.149
Resultado de equivalência	2.463	1.466	3.929	-	26.234	30.163
Variação cambial	(6.826)	(1.411)	(8.237)	-	-	(8.237)
31 de dezembro de 2022	8.594	2.764	11.358	15.987	132.730	160.075
Resultado de equivalência	**11.300**	**1.389**	**12.689**	**-**	**38.961**	**51.650**
Variação cambial	**(9.068)**	**(2.537)**	**(11.605)**	**-**	**-**	**(11.605)**
31 de dezembro de 2023	**9.907**	**1.616**	**11.523**	**15.987**	**171.691**	**199.201**

Consolidado

	Gestamp Baires S.A.	Gestamp Córdoba S.A.	Total
31 de dezembro de 2021	12.958	2.709	15.667
Resultado da equivalência patrimonial	2.462	1.466	3.928
Variação cambial	(6.826)	(1.411)	(8.237)
31 de dezembro de 2022	8.594	2.764	11.358
Resultado de equivalência	**10.381**	**1.389**	**11.770**
Variação cambial	**(9.068)**	**(2.537)**	**(11.605)**
31 de dezembro de 2023	**9.907**	**1.616**	**11.523**

9. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação e acumulada. O cálculo é pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica do bem. As movimentações do custo do ativo e respectivas depreciações acumuladas durante os exercícios de 2023 e de 2022 foram como segue:

Controladora

	Terrenos	Edificações	Instalações fabris	Máquinas, equipamentos	Móveis e utensílios	Equip. de informática e softwares	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2021	27.782	258.837	43.881	1.278.008	5.262	61.007	124.488	88.314	1.887.579
Adições	-	-	-	-	4	410	134.736	80.002	215.152
Transferências	-	8.679	526	33.175	116	10.232	(77.336)	24.608	-
Alienações	-	-	-	(2.402)	(5)	(194)	-	(81.397)	(83.998)
Em 31 de dezembro de 2022	27.782	267.516	44.407	1.308.781	5.377	71.455	181.888	111.527	2.018.733
Adições	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**139.986**	**72.911**	**212.897**
Transferências	**-**	**40.564**	**45.817**	**122.942**	**93**	**5.512**	**(223.370)**	**8.442**	**-**
Alienações	**-**	**-**	**-**	**(136)**	**(3)**	**(31)**	**-**	**(75.969)**	**(76.139)**
Em 31 de dezembro de 2023	**27.782**	**308.080**	**90.224**	**1.431.587**	**5.467**	**76.936**	**98.504**	**116.911**	**2.155.491**
Depreciação:									
Em 31 de dezembro de 2021	-	(74.651)	(18.811)	(524.644)	(3.860)	(42.123)	-	(47.925)	(712.014)
Adições	-	(7.078)	(2.234)	(81.447)	(290)	(6.230)	-	(10.109)	(107.388)
Alienações	-	-	-	1.391	6	194	-	-	1.591
Em 31 de dezembro de 2022	-	(81.729)	(21.045)	(604.700)	(4.144)	(48.159)	-	(58.034)	(817.811)
Adições	**-**	**(7.605)**	**(3.984)**	**(87.040)**	**(207)**	**(7.224)**	**-**	**(9.914)**	**(115.974)**
Transferência	**-**	**-**	**-**	**(541)**	**-**	**-**	**-**	**541**	**-**
Alienações	**-**	**-**	**-**	**557**	**-**	**29**	**-**	**-**	**586**
Em 31 de dezembro de 2023	**-**	**(89.334)**	**(25.029)**	**(691.724)**	**(4.351)**	**(55.354)**	**-**	**(67.407)**	**(933.199)**
Controladora									
Valor residual líquido									
Em 31 de dezembro de 2023	**27.782**	**218.746**	**65.195**	**739.863**	**1.116**	**21.582**	**98.504**	**49.504**	**1.222.292**
Em 31 de dezembro de 2022	27.782	185.787	23.362	704.081	1.233	23.296	181.888	53.493	1.200.922

Consolidado

	Terrenos	Edificações	Instalações fabris	Máquinas, equipamentos	Móveis e utensílios	Equip. de informática e softwares	Imobilizações em andamento	Mais valia	Outros	Adiant. Fornecedor imobilizado	Total
Custo ou avaliação:											
Em 31 de dezembro de 2021	27.782	293.682	47.876	1.312.616	8.642	66.631	205.861	11.703	89.291	6.506	2.070.590
Adições	-	-	-	-	4	492	152.095	-	80.002	4.460	237.055
Transferências	-	29.639	734	88.839	220	13.445	(154.618)	-	32.707	(10.966)	-
Alienações	-	-	-	(2.402)	(5)	(194)	-	-	(81.397)	-	(83.998)
Em 31 de dezembro de 2022	27.782	323.321	48.610	1.399.053	8.861	80.374	203.338	11.703	120.603	-	2.223.647
Adições	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**158.179**	**-**	**72.911**	**10.260**	**241.350**
Transferências	**-**	**45.494**	**50.372**	**131.803**	**93**	**6.664**	**(245.251)**	**-**	**11.626**	**(801)**	**-**
Alienações	**-**	**-**	**-**	**(1.131)**	**(3)**	**(31)**	**-**	**-**	**(75.969)**	**-**	**(77.134)**
Em 31 de dezembro de 2023	**27.782**	**368.815**	**98.982**	**1.529.725**	**8.951**	**87.007**	**116.266**	**11.703**	**129.171**	**9.459**	**2.387.861**
Depreciação:'											
Em 31 de dezembro de 2021	-	(83.817)	(19.981)	(549.667)	(6.513)	(45.100)	-	-	(48.800)	-	(753.878)
Adições	-	(8.493)	(2.391)	(86.431)	(1.008)	(7.544)	-	-	(10.190)	-	(116.057)
Alienações	-	-	-	1.391	6	194	-	-	-	-	1.591
Em 31 de dezembro de 2022	-	(92.310)	(22.372)	(634.707)	(7.515)	(52.450)	-	-	(58.990)	-	(868.344)
Adições	**-**	**(9.294)**	**(4.500)**	**(93.166)**	**163**	**(8.810)**	**-**	**-**	**(11.527)**	**-**	**(127.134)**
Transferências	**-**	**-**	**-**	**(541)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**541**	**-**	**-**
Alienações	**-**	**-**	**-**	**557**	**-**	**29**	**-**	**-**	**-**	**-**	**586**
Em 31 de dezembro de 2023	**-**	**(101.604)**	**(26.872)**	**(727.857)**	**(7.352)**	**(61.231)**	**-**	**-**	**(69.976)**	**-**	**(994.892)**
Consolidado:											
Valo residual líquido											
Em 31 de dezembro de 2023	**27.782**	**267.211**	**72.110**	**801.868**	**1.599**	**25.776**	**116.266**	**11.703**	**59.195**	**9.459**	**1.392.967**
Em 31 de dezembro de 2022	27.782	231.011	26.238	764.346	1.346	27.924	203.338	11.703	61.613	-	1.355.301

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos a Administração revisou o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar e avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, e concluiu que a Companhia não possui deterioração ou perda de seu valor recuperável.

A Companhia não possui bens do ativo imobilizado fornecidos em garantia.

10. Intangível (ágio)

Teste do ágio para verificação de *impairment*

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui registrado o valor de R$1.710 a título de ágio relativo à compra da Gestamp Sorocaba e R$15.987 relativo ao ágio da Gestamp Gravataí, totalizando R$17.697.

Em fevereiro de 2006, o Grupo Gestamp, através da Gestamp Empreendimentos S.A. e da MB Metalbages do Brasil Ltda. adquiriu o controle acionário da companhia Tagast (holding), como consequência, a companhia inicialmente denominada Estamp Indústria Metalúrgica S.A. teve sua denominação social alterada para Gestamp Gravataí Indústria de Autopeças S.A.

Em agosto de 2006, com a incorporação reversa da Gestamp Empreendimentos S.A. (detentora de 30% do capital da Gestamp Gravataí Indústria de Autopeças S.A.) pela Gestamp Gravataí Indústria de Autopeças S.A. e com a incorporação da Gestamp Holding RS S.A. (detentora de 70% do capital da Gestamp Gravataí Indústria de Autopeças S.A.) pela MB Metalbages do Brasil Ltda., a MB Metalbages do Brasil Ltda. passou a deter 99,99% do capital da Gestamp Gravataí Indústria de Autopeças S.A.

Na operação de aquisição do investimento, pagou-se aproximadamente R$45.000, sendo R$40.500 a título de ágio fundamentado na rentabilidade futura, o qual foi amortizado na proporção de 1/60 avos até 31/12/2008. A partir desta data, com a implantação do CPC01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o ágio sobre o investimento passou a sofrer teste de *impairment* periodicamente.

O valor recuperável da unidade geradora de caixa relacionada a Gestamp Sorocaba foi determinado em abril de 2018 e Gestamp Gravataí foi determinado em 2010 e revisado em 31 de dezembro de 2023, por meio de cálculo do valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração para o período de cinco anos.

Margens operacionais

As margens operacionais são baseadas nos valores médios obtidos no exercício que antecedeu o início do período orçamentário. Essas margens variam ao longo do tempo da projeção, conforme os projetos planejados pela Companhia são implementados e se desenvolvem.

Estimativas de taxas de crescimento

As taxas são baseadas nas expectativas da Administração para os próximos anos. As taxas de longo prazo utilizadas foram de 6% a.a., em média, para extrapolar o orçamento a qual vem sendo ajustada por qualquer elemento adicional identificado pela Administração.

Após as análises realizadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2023, não foi identificada necessidade de provisão para *impairment*.

Os ativos intangíveis relativos ao ativo fixo, provenientes de uma combinação de negócios relacionados a investida Gestamp Sorocaba, possuem vida útil definida de 5 anos.

11. Fornecedores

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fornecedores mercado interno	**193.475**	209.803	**215.247**	218.825
Fornecedores mercado externo	**44.971**	14.995	**84.915**	14.995
Provisões diversas	**15.335**	34.712	**20.203**	41.240
Direitos creditórios *	**(166.817)**	-	**(166.817)**	-
Total	**86.964**	259.510	**153.548**	275.060

* Trata-se de uma operação de antecipação de direitos creditórios realizada pela Gestamp sobre títulos a pagar que possui com seus fornecedores. Neste processo, os fornecedores já adiantaram os valores devidos com o banco, e a Gestamp deve manter esses direitos creditórios em seus registros contábeis até que os prazos do fato gerador sejam cumpridos. Isso permitirá à Companhia compensar definitivamente os valores.

Risco sacado

A Companhia realiza operações denominadas de "risco sacado", com instituições financeiras de primeira linha.

Nesta modalidade de operação, caso o fornecedor venha a utilizar o crédito disponibilizado, o pagamento de juros é de sua inteira responsabilidade, e pactuado junto a instituição financeira intermediadora da transação. A Companhia, por sua vez, não reconhece um passivo oneroso junto ao Banco, mas o passivo como "fornecedores", uma vez que a Administração entende que tal classificação apresenta de forma fidedigna a natureza da transação.

Em 31 dezembro de 2023 e 2022 a Companhia possuía em aberto o valor abaixo mencionado oriundo dessa transação:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fornecedores - risco sacado	**340.057**	13.840	**340.057**	13.840

12. Empréstimos e financiamentos

	Indexador	Taxa anual de juros	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Banco do Brasil S.A - FINAME	Fixo	3,50 % a.a.	**-**	3.530	**-**	3.530
Banco Alpha	TJLP	1,42% a.a	**1.873**	2.856	**1.873**	2.856
Bank of America	CDI	4,61% a.a	**152.083**	188.128	**152.083**	188.128
BNDES	TJLP	2,00 % a.a	**29.670**	42.345	**29.670**	42.345
			183.626	236.859	**183.626**	236.859
Parcelas - circulante			**79.154**	98.137	**79.154**	98.137
Parcelas - não circulante			**104.472**	138.722	**104.472**	138.722

Os empréstimos de longo prazo vencem como segue:

	2023
2025	**45.427**
2026	**59.045**
	104.472

a) Captação em moeda estrangeira

Em julho de 2022 a Companhia realizou a captação de recursos financeiros no mercado internacional no montante de US$ 34.972.170,69 (R$188.500.000,00 à época) com o Bank of América, com amortização semestral sendo o primeiro vencimento em janeiro de 2023.

Os juros, ao cupom de 4,61% ao ano, são pagos semestralmente e estão atrelados ao CDI. No mesmo momento da captação deste recurso, a Companhia designou este contrato como instrumento de *hedge accounting* (*swap*), por meio da contratação de um *swap* junto à Merril Lynch Banco Múltiplo S.A. onde ponta ativa do instrumento pagará a Companhia 6 meses 5,4235% ao ano Linear e a ponta passiva a Companhia pagará CDI + 2,65% ao ano Exponencial. Dessa forma em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui em conta denominada hedge accounting - empréstimos, no patrimônio líquido, o montante acumulado de R$(9.878), representando um registro de um resultado negativo no exercício de R$11.474 contabilizado em resultado financeiro proveniente da conversão deste contrato designado como instrumentos de *hedge accounting (swap)*.

b) Garantias

Os financiamentos estão garantidos por hipoteca, alienação fiduciária de bens objeto dos financiamentos, avais, duplicatas, fianças, penhor mercantil e notas promissórias.

c) Covenants

Os contratos de empréstimos não possuem clausulas de vencimento antecipado "covenants".

13. Partes relacionadas

Controladora

	Ativo circulante 31/12/2023	Ativo circulante 31/12/2022	Passivo circulante 31/12/2023	Passivo circulante 31/12/2022	Passivo não circulante 31/12/2023	Passivo não circulante 31/12/2022
Arcelormittal Gonvarri Brasil P.S S.A.	**-**	-	**568.632**	694.186	**-**	-
Edscha Do Brasil, Ltda.	**154**	145	**246**	327	**-**	-
Estampaciones M. Vizcaya, S.A.	**-**	-	**63.903**	63.902	**-**	-
Gestamp Aveiro S.A.	**1.056**	3.293	**642**	-	**-**	-
Gescrap Auto Metal	**3.678**	3.287	**-**	-	**-**	-
Gestamp Automoción, S.L.	**-**	-	**2.625**	2.742	**-**	-
Gestamp Baires, S.A.	**639**	55.881	**-**	-	**-**	-
Gestamp Holding Argentina	**-**	-	**50.837**	-	**-**	-
Gestamp Holding México	**-**	-	**-**	-	**-**	-
Gestamp Puebla	**-**	-	**68**	-	**-**	-
Gestamp Servicios, S.A.	**-**	-	**12.473**	605.701	**597.234**	-
Gestamp Tool Hardening, S.L.	**-**	-	**626**	91	**-**	-
Gestamp Navarra, S.A.	**-**	-	**245**	-	**-**	-
Gestión Global Matricería Mexico	**-**	-	**41**	340	**-**	-
Gonvarri Centro de Serviços	**-**	-	**-**	-	**-**	-
Loire S. A. Franco Española	**3.613**	-	**30**	211	**-**	-
Gestamp Metalbages, S.A	**-**	-	**-**	-	**-**	-
Gestamp Sorocaba Ind Metalurgica	**54.780**	51.629	**1.523**	265	**-**	-
Gestamp Auto Tech Japan Co.,Ltd	**-**	-	**-**	-	**-**	-
Gestamp Toledo, S.L.	**-**	-	**-**	-	**-**	-
Gestamp Global Tooling, S.L.	**-**	175	**537**	301	**-**	-
Gestamp Umformtechnik Gmbh	**-**	-	**46**	-	**-**	-
Beycelik Gestamp Teknoloji Ve Kalip	**7.370**	-	**-**	-	**-**	-
Gestamp Cordoba, S.A.	**-**	-	**-**	-	**-**	-
	71.290	114.410	**702.474**	1.368.066	**597.234**	-

Consolidado

	Ativo circulante 31/12/2023	Ativo circulante 31/12/2022	Passivo circulante 31/12/2023	Passivo circulante 31/12/2022	Passivo não circulante 31/12/2023	Passivo não circulante 31/12/2022
Arcelormittal Gonvarri Brasil P.S S.A.	**-**	-	**568.632**	694.186	**-**	-
Edscha Do Brasil, Ltda.	**154**	145	**246**	328	**-**	-
Estampaciones M.Vizcaya S.A.	**-**	-	**63.903**	63.902	**-**	-
Gestamp Aveiro S.A	**1.056**	3.293	**642**	-	**-**	-
Gescrap Auto Metal	**4.031**	3.489	**-**	3	**-**	-
Gestamp Automoción, S.L.	**1**	1	**2.950**	2.904	**-**	-
Gestamp Holding Argentina	**-**	-	**50.837**	-	**-**	-
Gestamp Baires S.A.	**639**	55.881	**899**	-	**-**	-
Gestamp Puebla	**-**	-	**68**	-	**-**	-
Gestamp Servicios, S.A	**-**	-	**14.741**	607.511	**597.234**	-
Gestamp Tool Hardening, S.L.	**-**	-	**626**	91	**-**	-
Gestamp Navarra, S.A.	**-**	-	**245**	-	**-**	-
Gestión Global Matricería Mexico	**-**	-	**41**	340	**-**	-
Gonvarri Centro de Serviços	**-**	-	**-**	-	**-**	-
Loire S. A.Franco Española	**3.613**	-	**30**	211	**-**	-
Gestamp Metalbages, S.A.	**-**	-	**-**	-	**-**	-
Gestamp Toledo, S.L.	**-**	-	**-**	-	**-**	-
Gestamp Umformtechnik GMBH	**-**	-	**46**	-	**-**	-
Gestamp Hot Stamping JP	**-**	-	**36**	-	**-**	-
Gestamp Global Tooling, S.L.	**-**	175	**539**	301	**-**	-
Gestamp Brasil Ltda	**272**	214	**-**	-	**-**	-
Beycelik Gestamp Teknoloji Ve Kalip	**18.409**	-	**-**	-	**-**	-
Gestamp Córdoba, S.A.	**-**	-	**-**	-	**-**	-
	28.175	63.198	**704.481**	1.369.777	**597.234**	-

Risco Sacado

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Partes relacionadas - risco sacado	**490.758**	623.406	**490.758**	623.406

Abaixo relacionamos os efeitos no resultado com partes relacionadas:

Receita com sucata	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Gescrap Autometal Comércio de Sucata	**114.838**	157.911	**126.782**	175.699
	114.838	157.911	**126.782**	175.699

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Gestamp Sorocaba Indústria de Autopeças Ltda	**72.035**	36.315	**-**	34.315
Gestamp Baires	**18.301**	-	**18.301**	-
	90.336	36.315	**18.301**	34.315

Os contratos de mútuo com a Gestamp Servicios S.L. são atualizados com base na incidência de juros 15,9 %a.a. e CDI + 1,5% Spread. O prazo de vencimento é o ano de 2024.

As demais operações com partes relacionadas representam transações comerciais, efetuadas em condições similares às realizadas com terceiros.

A remuneração da Administração da Companhia foi de R$20.101 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$13.072 em 2022).

14. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pelas alíquotas fiscais nominais combinadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está descrita a seguir:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro antes da tributação	**200.094**	193.842	**244.172**	206.089
Alíquota	**34%**	34%	**34%**	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL, de acordo com alíquota fiscal vigente	**(68.032)**	(65.906)	**(83.018)**	(70.070)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:				
Adições/exclusões permanentes	**40.799**	13.268	**45.129**	4.873
Gastos corporativos	**-**	(1.598)	**-**	(1.818)
Ajuste de inventário	**(328)**	(2.268)	**(512)**	(2.521)
Equivalência patrimonial	**17.561**	10.255	**17.561**	1.335
Inovação Tecnológica	**13.349**	7.539	**17.864**	8.863
*SELIC LC 160	**10.512**	-	**10.512**	-
Preço de Transferência	**-**	(250)	**-**	(576)
Outros	**745**	(410)	**518**	(410)
Prejuízo fiscal de anos anteriores	**5.068**	697	**5.068**	697
Créditos sobre diferenças temporárias	**10.340**	-	**10.566**	-
Ajustes relativos a tributos de exercícios anteriores (Nota 16-e)	**27.767**	1.596	**32.756**	1.596
Créditos fiscais	**2.461**	942	**3.011**	1.254
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	**19.443**	(49.403)	**14.326**	(61.650)
Corrente	**18.403**	(38.900)	**13.512**	(54.911)
Diferido	**1.040**	(10.503)	**814**	(6.739)

Continua

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro referem-se:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Créditos sobre diferenças temporárias	**21.064**	31.404	**23.339**	33.905
Créditos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	**37.145**	25.765	**37.145**	25.765
	58.209	57.169	**60.484**	59.670
Impostos diferidos líquidos	**58.209**	57.169	**60.484**	59.670

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía R$105.4809 (R$76.660 em 2022) de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido a compensar com lucros tributáveis futuros. As estimativas de recuperação dos créditos tributários consideram as expectativas de lucros tributáveis em curto prazo (não superior a dez anos).

*Este saldo é relacionado a correção da SELIC dos tributos de IRPJ e CSLL pagos a maior, sobre os benefícios proporcionados pela Lei Complementar 160/17, a qual visa à redução da base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em transações comerciais ocorridas ao longo dos últimos 5 anos no qual a empresa reacessou as apurações.

15. Provisão para litígios e depósitos judiciais

a) Processos em andamento com provisão para litígios e obrigações legais vinculadas a processos judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

	Controladora		Consolidado	
Provisão para contingências	2023	2022	2023	2022
Tributárias	**58.560**	41.960	**67.329**	50.695
Trabalhistas	**8.231**	17.821	**9.694**	17.850
	66.791	59.781	**77.023**	68.545

A Companhia possui um processo tributário significativo relativo ao ICMS no montante estimado de R$114.000 com o Estado de São Paulo. O Estado de São Paulo afirma que não foram apresentadas documentações relativas a transações de movimentações nos estoques na unidade Taubaté da Companhia. Tal litígio está em fase de interposição de recursos no Sistema de Justiça do Brasil. A administração da Gestamp interpôs em 22/11/2019 um Recurso de Apelação objetivando o cancelamento integral da cobrança, da mesma forma em 19/12/2019 a Fazenda do Estado de São Paulo também interpôs Recurso de Apelação visando a reforma da sentença, os quais estão pendentes de julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. A avaliação dos gestores da Gestamp em conjunto com os seus assessores jurídicos é que o risco de perda neste auto de infração é "possível", não exigindo portanto, qualquer provisão nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente existem outras ações cuja expectativa de perda é possível na controladora no montante de R$5.383 (R$4.373 em 2022) e na controlada de R$2.865 (3.627 em 2022).

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados no grupo de ativo não circulante.

	Controladora		Consolidado	
Depósitos judiciais	2023	2022	2023	2022
Trabalhistas	**933**	1.102	**966**	1.135
	933	1.102	**966**	1.135

A movimentação das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como segue:

	Tributárias	Trabalhistas	Total controladora	Tributárias	Trabalhistas	Total consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	46.964	17.072	64.036	48.452	17.104	65.556
(+) Complemento de provisão	35.669	17.066	52.735	44.827	17.067	61.894
(-) Reversão de provisão não utilizada	(40.673)	(16.317)	(56.990)	(42.584)	(16.321)	(58.905)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	41.960	17.821	59.781	50.695	17.850	68.545
(+) Complemento de provisão	**24.762**	**4.010**	**28.772**	**25.446**	**5.444**	**30.890**
(-) Reversão de provisão não utilizada	**(8.162)**	**(13.600)**	**(21.762)**	**(8.812)**	**(13.600)**	**(22.412)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**58.560**	**8.231**	**66.791**	**67.329**	**9.694**	**77.023**

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R$229.914 (R$229.914 em 2022), e está dividido em 229.914.393 (229.914.393 em 2022) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Não há ações preferenciais na composição do capital.

b) Dividendos

A Companhia não distribuiu dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, sendo o montante sob a forma de juros sobre capital próprio, com base no saldo de lucros acumulados de exercícios anteriores.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se aos efeitos da variação cambial dos investimentos no exterior nas empresas Gestamp Baires S/A. e Gestamp Córdoba S/A. A atualização dos investimentos decorrentes da variação cambial sobre esses investimentos foi registrada na conta de "ajustes de avaliação patrimonial". Vide nota 8.

d) Hedge Accounting - Empréstimos

Com o objetivo de atenuar os impactos da volatilidade cambial nos resultados, a Companhia a Companhia passou a adotar o hedge accounting cash para seu contrato de empréstimo junto ao Banco Bank Of America, no montante de USD 34.972.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu em Hedge Accounting, no patrimônio líquido, perda de R$11.474 (R$5.202 em 2022) provenientes da conversão dos contratos de Empréstimos designados como instrumentos de hedge.

e) Reservas de incentivos fiscais

No encerramento do exercício fiscal em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu a reserva no valor de R$91.852, a qual é atribuída especificamente a incentivos fiscais. Esta reserva é diretamente relacionada aos benefícios proporcionados pela Lei Complementar 160/17, a qual visa à redução da base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em transações comerciais ocorridas ao longo dos últimos 5 anos.

Referente a essa reserva foi calculado um ajuste permanente de IR e CS corrente de R$27.767 na controla e de R$32.756.

f) Reservas de Capital

As reservas de capital no valor de R$418.367 referem-se ao excedente, entre o preço de subscrição pago pelo acionista - Mitsui & Co Ltd e o valor nominal das ações da Companhia. (228.832) em 2013, atualização dos investimentos no exterior nas empresas Baires e Cordoba em R$52.261 em 2019 e aumento de Capital de R$137.274 em 2020.

g) Reservas Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

17. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional bruta	**4.273.308**	3.957.550	**4.831.164**	4.541.144
Devoluções de vendas	**(23.629)**	(4.050)	**(29.788)**	(7.434)
Impostos sobre as vendas	**(700.431)**	(712.591)	**(833.449)**	(856.569)
Receita operacional líquida	**3.549.248**	3.240.909	**3.967.927**	3.677.141

18. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Classificados como:				
Custos dos produtos e serviços vendidos	**(2.999.307)**	(2.679.524)	**(3.346.478)**	(3.042.768)
Despesas com vendas	**(11.491)**	(11.617)	**(11.494)**	(11.702)
Despesas gerais e administrativas	**(265.324)**	(241.989)	**(293.286)**	(273.978)
	(3.276.122)	(2.933.130)	**(3.651.258)**	(3.328.448)
Despesas por natureza				
Custo do produto e serviços vendidos	**(2.270.534)**	(2.073.846)	**(2.529.420)**	(2.353.918)
Fretes s/vendas	**(11.491)**	(11.617)	**(11.494)**	(11.702)
Gastos com pessoal	**(531.362)**	(440.726)	**(599.275)**	(506.076)
Gastos operacionais	**(146.146)**	(125.775)	**(161.499)**	(136.367)
Despesas com frete e logística	**(32.200)**	(28.959)	**(35.791)**	(38.791)
Gastos gerais/absorção	**(168.302)**	(144.819)	**(186.266)**	(165.537)
Depreciação	**(116.087**	(107.388)	**(127.513)**	(116.057)
	(3.276.122)	(2.933.130)	**(3.651.258)**	(3.328.448)

19. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado venda imobilizado	**-**	1	**103**	1
Venda de embalagens	**1.949**	1.818	**1.949**	1.818
Indenização sinistro	**672**	-	**672**	-
Recuperação de despesas	**-**	12.386	**-**	12.386
Outras receitas/despesas operacionais	**(2.038)**	414	**(2.131)**	413
	583	14.619	**593**	14.618

20. Despesas e receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
Despesas financeiras	2023	2022	2023	2022
Juros sobre operação de mútuo	**(67.469)**	(44.507)	**(71.621)**	(48.839)
Variações cambiais passivas	**(10.516)**	(34.367)	**(11.254)**	(36.711)
Juros sobre financiamento	**(29.853)**	(38.439)	**(29.853)**	(38.777)
Ajuste a valor presente	**(22.618)**	12.412	**(24.232)**	13.412
Outras despesas financeiras	**(82.370)**	(93.166)	**(83.413)**	(94.421)
	(212.826)	(198.067)	**(220.373)**	(205.336)
Receitas financeiras				
Variações cambiais ativas	**11.817**	32.814	**12.449**	36.724
Ajuste a valor presente	**25.030**	(16.371)	**27.198**	(17.605)
Receitas com aplicações financeiras	**20.568**	16.101	**25.840**	16.894
Outras receitas financeiras	**30.147**	6.804	**30.147**	8.172
	87.562	39.348	**95.634**	44.185

21. Adiantamento de Clientes

Registram-se os valores recebidos como adiantamento de clientes. O montante dessa conta é de R$76.341 em 31 de dezembro de 2023 e 64.347 em 31 de dezembro de 2022.

22. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Instrumentos financeiros, os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. Em contrapartida, a Companhia possui ativos financeiros representado por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber que resultam diretamente de suas operações.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de câmbio, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos para garantir que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas e disposição para risco da Companhia. Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com as habilidades, experiência e supervisão apropriadas.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, aprovadas pela administração. Para contas a receber por vendas a Companhia possuem ainda provisão para devedores duvidosos, conforme mencionado na Nota 5.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e CDI.

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional).

Risco de estrutura de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 2022.

Garantias

A Companhia tem ativos financeiros dados em garantia em 31 de dezembro de 2023 e em 2022.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A carteira da Companhia é pulverizada. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação e histórico de perda. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes.

O cálculo é baseado em dados históricos efetivos. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado que está indicado na Nota 5.

Instrumentos financeiros e depósitos bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladora, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

Os quadros abaixo resumem o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023 e em 2022 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Controladora

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos	**-**	**79.154**	**104.472**	**-**	**183.626**
Fornecedores	**229.347**	**22.021**	**2.413**	**-**	**253.781**
Partes Relacionadas	**610.089**	**92.385**	**-**	**-**	**702.474**
Mútuos	**-**	**-**	**597.234**	**-**	**597.234**
	839.436	**193.560**	**704.119**	**-**	**1.737.115**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos	-	98.137	138.722	-	236.859
Fornecedores	248.327	11.183	-	-	259.510
Partes relacionadas	429.743	283.699	63.902		777.344
Mútuos	-	590.722	-	-	590.722
	678.070	983.741	202.624	-	1.864.435

Consolidado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos	**-**	**79.154**	**104.472**	**-**	**183.626**
Fornecedores	**295.859**	**22.092**	**2.413**	**-**	**320.364**
Partes Relacionadas	**612.228**	**92.385**	**-**	**-**	**704.613**
Mútuos	**-**	**-**	**597.234**	**-**	**597.234**
	295.859	**101.246**	**704.119**	**-**	**1.805.837**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos	-	98.137	138.722	-	236.859
Fornecedores	263.334	11.726	-	-	275.060
Partes relacionadas	433.801	347.535	63.902		845.238
Mútuos	-	640.053	-	-	640.053
	697.135	1.097.451	202.624	-	1.997.210

23. Seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

	Data de vigência			
Risco Seguros	De	até	Importância segurada	Prêmio
Riscos operacionais	01/01/2024	31/12/2024	1.692.063.299	2.615.735,75
Responsabilidade Civil	01/01/2024	31/12/2024	12.865	972.501

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia. As apólices de seguros foram renovadas no início de 2024 em condições similares às existentes em 2023.

DIRETORIA

Manuel López Grandela - Presidente
Miguel Angel Vicente - Diretor Adm. Financeiro
Neuri Nunes de Lima - Responsável Técnico - CRC-PR: 037757/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e acionistas da
Gestamp Brasil Ind. de Autopeças S/A
São José dos Pinhais - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Gestamp Brasil Ind. de Autopeças S/A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

● Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

● Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

● Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

● Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

● Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 23 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-034519/O

Guilherme Bento Radominski
Contador
CRC PR-072661/O

Fim

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Comarca de Curitiba Estado do Paraná

REGISTRO DE IMÓVEIS DA 8º CIRCUNSCRIÇÃO
RUA JOSÉ LOUREIRO, 133 - 17º ANDAR - FONE: 3233-4107
www.8registro.com.br
ITALO CONTI JÚNIOR
AGENTE DELEGADO
CPF/MF Nº 004.056.559-91

EDITAL DE INTIMAÇÃO

COM PRAZO DE 15 DIAS

ÍTALO CONTI JÚNIOR , Oficial do Cartório do 8º Ofício de Registro d e Imóveis desta Comarca de Curitiba, no uso de suas atribuições, etc...

Ref. Prot.: 761020

FAZ SABER a **EVILIN KAREN LEANDRO DE OLIVEIRA** , brasileira, solteira, maior, auxiliar administrativa, portadora da C.I. nº 10.737.671-2-PR e do CPF/MF nº 073.481.389-93, residente e domiciliada: 1 - Rua Ângelo Tozim, nº 1501, Bloco 02, Apartamento 13, Bairro: Campo Santana, CEP: 81.490-030; 2 - Rua Ângelo Tozim, nº 1060, Bairro: Campo Santana, CEP: 81.490-030; 3 - Rua David Tows, nº 3835, Bairro: Sítio Cercado, CEP: 81.920-080 , CURITIBA-PR , que não sendo encontrada nos endereços supra, conforme certidões exaradas em 04 de outubro de 2023 e 19 de fevereiro de 2024 , nas Cartas de Intimação registradas sob nºs 843.241 e 846.559 , no 2º Registro de Títulos e Documentos , desta Comarca, em 29/09/2023 e 14/02/2024 , fica pelo presente Edital, **INTIMADA** para fins de pagamento do débito correspondente as parcelas vencidas no período de 03/12/2021 até 03/03/2024 , totalizando o saldo devedor de R$30.112,36 (trinta mil, cento e doze reais e trinta e seis centavos), posicionados até 20/03/2024 , sujeito à atualização monetária, aos juros de mora até a data do efetivo pagamento e às despesas de cobrança, somando-se, também, as prestações e os encargos que se vencerem neste período, decorrentes do Contrato por Instrumento Particular de Compra e Venda de Terreno e Mútuo para Construção de Unidade Habitacional com Fiança, Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Obrigações - Contrato nº 855552677037, com caráter de escritura pública, na forma da lei, firmado nesta Capital, em 03 de julho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Popular, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida, na forma da Lei nº 11.977, de 07.07.2009, alterada pela Lei nº 12.424, de 16.06.2011, objeto do registro nº 4 (quatro), da Matrícula nº 170.944, desta Serventia, referente ao imóvel constituído pelo APARTAMENTO nº 13 (treze), do Tipo "C", localizado no Segundo (2º) Pavimento, do BLOCO 02 (dois), do "RESIDENCIAL CIDADE DE PADOVA", situado à Rua Ângelo Tozim, nº 1501 - Tatuquara, nesta Cidade de Curitiba , em que figura como credor(a) fiduciário(a) o(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, CNPJ/MF 00.360.305/0001-04.

Assim, tendo expirado o prazo de carência, convencionado no contrato, para o procedimento de cobrança, fica INTIMADA V.Sª. para que se dirija ao Cartório da 8ª Circunscrição Imobiliária desta Comarca, a meu cargo, situado à Rua José Loureiro, nº 133, Edifício Mauá, 17º andar – Centro, Curitiba-PR, no horário das 8:30 as 17:00 horas, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no **prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis** , contados da data da terceira e última publicação deste Edital.

Fica, ainda, CIENTIFICADA V.Sª. de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, CNPJ/MF 00.360.305/0001-04, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Curitiba, 20 de março de 2024.

ÍTALO CONTI JÚNIOR - Agente Delegado

AGENTE DELEGADO
CPF/MF Nº 004.056.559-91

ROZANGELA RODRIGUES DE OLIVEIRA - Escrevente Juramentado

CARLA RUBIA DOS SANTOS - Escrevente Indicada

SANDRA R. PELEGRINELLI DOS SANTOS - Escrevente Indicada

Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.	Assinado por: **CARLA RUBIA DOS SANTOS** No dia: **19/04/2024**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Comarca de Curitiba Estado do Paraná

REGISTRO DE IMÓVEIS DA 8º CIRCUNSCRIÇÃO
RUA JOSÉ LOUREIRO, 133 - 17º ANDAR - FONE: 3233-4107
www.8registro.com.br
ITALO CONTI JÚNIOR
AGENTE DELEGADO
CPF/MF Nº 004.056.559-91

EDITAL DE INTIMAÇÃO

COM PRAZO DE 15 DIAS

ÍTALO CONTI JÚNIOR , Oficial do Cartório do 8º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Curitiba, no uso de suas atribuições, etc...

Ref. Prot.: 762367

FAZ SABER a **GALDINO RODRIGUES DE LIMA NETO** , brasileiro, divorciado, mecânico de manutenção, montador, preparador e operador de máquina e aparelhos de produção industrial, portador da C.I. nº 5.030.376-4-PR e inscrito no CPF/MF sob nº 942.395.339-53 , residente e domiciliad o : 1 - Rua Ismael de Almeida, nº 375, Unidade 02, Bairro: Campo de Santana, CEP: 81.490-492, CURITIBA-PR; 2 - Rua Vadislau Burginski Varchaki, nº 475, Bairro: Campo de Santana, CEP: 81.490-482 , CURITIBA-PR; 3 - Sítio Rio Cantu, s/nº, Bairro: Bela Vista, CEP: 85.240-000, MATO RICO-PR, que não sendo encontrad o nos endereços supra, conforme certidões exaradas em 11 de outubro de 2023, 23 de outubro de 2023 e 29 de novembro de 2023 , nas Cartas de Intimação registradas sob nºs 843.506, 0028424 e 844.640 , no 2º Registro de Títulos e Documentos de Curitiba-PR e Registro de Títulos e Documentos de Pitanga-PR , em 09/10/2023, 20/10/2023 e 23/11/2023 fica pelo presente Edital, **INTIMAD O** para fins de pagamento do débito correspondente as parcelas vencidas no período de 12/05/2023 até 12/03/2024 , totalizando o saldo devedor de R$9.401,49 (nove mil, quatrocentos e um reais e quarenta e nove centavos), posicionados até 26/03/2024 , sujeito à atualização monetária, aos juros de mora até a data do efetivo pagamento e às despesas de cobrança, somando-se, também, as prestações e os encargos que se vencerem neste período, decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Imóvel, Mútuo e Alienação Fiduciária em Garantia no Sistema Financeiro de Habitação - Carta de Crédito Individual FGTS/Programa Minha Casa Minha Vida - CCFGTS/PMCMV - SFH, com Utilização do FGTS do Devedor - Contrato nº 8.4444.1697221-8, por instrumento particular com caráter de escritura pública, na forma da Lei, firmado em Contenda-PR, em 10 de novembro de 2017, no âmbito dos Programas CCFGTS e MCMV, na forma da Lei nº 11.977, de 07/07/2009, alterada pela Lei nº 12.424, de 16/06/2011, objeto do registro nº 2 (dois), da Matrícula nº 198.428, desta Serventia, referente ao imóvel constituído pela RESIDÊNCIA nº 02 (dois), do "RESIDENCIAL NEIGHBORHOOD", situado à Rua Ismael de Almeida, nº 375, nesta Cidade de Curitiba , em que figura como credor(a) fiduciário(a) o(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, CNPJ/MF 00.360.305/0001-04.

Assim, tendo expirado o prazo de carência, convencionado no contrato, para o procedimento de cobrança, fica INTIMAD O V.Sª. para que se dirija ao Cartório da 8ª Circunscrição Imobiliária desta Comarca, a meu cargo, situado à Rua José Loureiro, nº 133, Edifício Mauá, 17º andar – Centro, Curitiba-PR, no horário das 8:30 as 17:00 horas, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no **prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis** , contados da data da terceira e última publicação deste Edital.

Fica, ainda, CIENTIFICADO V.Sª. de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, CNPJ/MF 00.360.305/0001-04, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Curitiba, 26 de março de 2024.

ÍTALO CONTI JÚNIOR - Agente Delegado

ROZANGELA RODRIGUES DE OLIVEIRA - Escrevente Juramentado

CARLA RUBIA DOS SANTOS - Escrevente Indicada

SANDRA R. PELEGRINELLI DOS SANTOS - Escrevente Indicada

Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.	Assinado por: **CARLA RUBIA DOS SANTOS** No dia: **22/04/2024**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Comarca de Curitiba Estado do Paraná

REGISTRO DE IMÓVEIS DA 8º CIRCUNSCRIÇÃO
RUA JOSÉ LOUREIRO, 133 - 17º ANDAR - FONE: 3233-4107
www.8registro.com.br
ITALO CONTI JÚNIOR
AGENTE DELEGADO
CPF/MF Nº 004.056.559-91

EDITAL DE INTIMAÇÃO

COM PRAZO DE 15 DIAS

ÍTALO CONTI JÚNIOR , Oficial do Cartório do 8º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Curitiba, no uso de suas atribuições, etc...

Ref. Prot.: 770310

FAZ SABER a **HÉLIO JOSÉ FONSECA** , brasileiro, solteiro, maior, servidor público estadual, portador da C.I. nº 1.981.748-2-PR e do CPF/MF nº 404.316.069-00 , residente e domiciliad o : 1 - Rua Eduardo Luiz Piana, nº 400, Bloco 03, Apartamento 104, Bairro: Cidade Industrial, CEP: 81.230-380; 2 - Rua Inácio Lustosa, nº 700, Bairro: São Francisco, CEP: 80.510-000; 3 - Rua Barão de Antonina, nº 259, Bairro: São Francisco, CEP: 80.530-050 , CURITIBA-PR , que não sendo encontrad o nos endereços supra, conforme certidões exaradas em 27 de janeiro de 2024 e 12 de março de 2024 , nas Cartas de Intimação registradas sob nºs 845.476 e 847.031 , no 2º Registro de Títulos e Documentos , desta Comarca, em 26/12/2023 e 29/02/2024 , fica pelo presente Edital, **INTIMAD O** para fins de pagamento do débito correspondente as parcelas vencidas no período de 06/12/2022 até 06/03/2024 , totalizando o saldo devedor de R$ 8.249,52 (oito mil, duzentos e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), posicionados até 21/03/2024 , sujeito à atualização monetária, aos juros de mora até a data do efetivo pagamento e às despesas de cobrança, somando-se, também, as prestações e os encargos que se vencerem neste período, decorrentes do Contrato por Instrumento Particular de Compra e Venda de Terreno e Mútuo para Construção de Unidade Habitacional com Fiança, Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Obrigações, com caráter de escritura pública, na forma da lei, firmado nesta Capital, em 28 de abril de 2008, objeto do registro nº 2 (dois), da Matrícula nº 129.988, desta Serventia, referente ao imóvel constituído pelo APARTAMENTO nº 104 (cento e quatro), do Tipo A, localizado no Andar Térreo ou Primeiro (1º) Pavimento, do BLOCO 03 (três), do "RESIDENCIAL GUARAPUAVA", situado à Rua Eduardo Luiz Piana, nº 400 - Cidade Industrial, nesta Cidade de Curitiba , em que figura como credor(a) fiduciário(a) o(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, CNPJ/MF 00.360.305/0001-04.

Assim, tendo expirado o prazo de carência, convencionado no contrato, para o procedimento de cobrança, fica INTIMAD O V.Sª. para que se dirija ao Cartório da 8ª Circunscrição Imobiliária desta Comarca, a meu cargo, situado à Rua José Loureiro, nº 133, Edifício Mauá, 17º andar – Centro, Curitiba-PR, no horário das 8:30 as 17:00 horas, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no **prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis** , contados da data da terceira e última publicação deste Edital.

Fica, ainda, CIENTIFICADO V.Sª. de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, CNPJ/MF 00.360.305/0001-04, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Curitiba, 21 de março de 2024.

ÍTALO CONTI JÚNIOR - Agente Delegado

ROZANGELA RODRIGUES DE OLIVEIRA - Escrevente Juramentado

CARLA RUBIA DOS SANTOS - Escrevente Indicada

SANDRA R. PELEGRINELLI DOS SANTOS - Escrevente Indicada

Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.	Assinado por: **CARLA RUBIA DOS SANTOS** No dia: **22/04/2024**

Metrópole Governo Estadual

Piana apresenta potenciais do Paraná aos embaixadores da Dinamarca e Uruguai

O vice-governador recebeu nesta semana as visitas dos embaixadores do Uruguai, Guillhermo Valles Galmés, e da Dinamarca, Eva Bisgaard Pedersen, e apresentou os potenciais do Estado, os programas para a rede estadual de educação e infraestrutura, e as políticas de apoio às cadeias produtivas, principalmente projetando a sustentabilidade e a economia verde.

Foto: Igor Jacinto/Vice Governadoria

O vice-governador Darci Piana recebeu nesta semana as visitas dos embaixadores do Uruguai, Guillhermo Valles Galmés, e da Dinamarca, Eva Bisgaard Pedersen, e apresentou os potenciais do Estado, os programas para a rede estadual de educação e infraestrutura, e as políticas de apoio às cadeias produtivas, principalmente projetando a sustentabilidade e a economia verde.

Com o embaixador do Uruguai uma das principais questões apontadas foi o crescimento do agronegócio paranaense e os potenciais de exportação para o país vizinho, assim como o fortalecimento da integração da infraestrutura latino-americana. Piana apresentou a Nova Ferroeste, corredor de exportação entre o Mato Grosso do Sul e o Porto de Paranaguá, com ramais até Chapecó e Foz do Iguaçu, com potencial para potencializar as conexões produtivas na região de fronteira, e os números da Portos do Paraná, que bate recordes de movimentação há oito meses seguidos.

"O Paraná tem no agronegócio a sua grande vocação, assim como o Uruguai, e podemos trabalhar juntos para buscar novos caminhos para melhorar os processos de exportação. Apresentamos ao embaixador nosso foco com a transformação energética no campo, pensando no biogás, biometano, e os números da nossa economia, com grandes resultados e protagonismo nacional principalmente na cadeia de proteína animal, o que ajuda a alimentar todo o mundo", disse Piana.

A economia do Uruguai depende fortemente do comércio, particularmente das exportações agrícolas. A pecuária é a maior base econômica do país. A visita também contou com as presenças do prefeito de Rivera, Richard Sander, da cônsul-geral do Uruguai em São Paulo, Marta Echarte Baraibar, da chefe do Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores no Paraná, embaixadora Lígia Maria Scherer, e do secretário do Erepar, Paulo Pinheiro Machado.

Já a agenda com a embaixadora da Dinamarca foi a primeira depois da visita Princesa Benedikte, em 2019, que recebeu a Ordem Estadual do Pinheiro. Na ocasião, ela inaugurou em Curitiba o Instituto que leva o seu nome. A instituição abriga cerca de 30 crianças de 0 a 10 anos, vítimas de abandono ou violência doméstica.

Além das questões econômicas, as discussões giraram em torno de temas da saúde. Em fevereiro, o secretário da Saúde, Beto Preto, esteve na Dinamarca a convite do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) para conhecer instalações de saúde. A ideia é aumentar as discussões com o país escandinavo sobre possibilidades de cooperação na área, principalmente em relação a insumos médicos e o interesse do Estado em abrigar fábricas dinamarquesas.

"A Dinamarca é um país com excelente qualidade de vida e o Brasil tem a experiência exitosa do SUS, financiado por todas as esferas de governo. Continuamos aprofundando as conversas com o país para ver como podemos melhorar nossas unidades e fluxos na saúde, além de promover novos investimentos", acrescentou Piana. Também participaram da reunião o cônsul honorário da Dinamarca em Curitiba, Pedro Luiz Fernandes, e o presidente da Câmara de Comércio Dinamarquês-Brasileira, Jens Olsen.

ARAUCO DO BRASIL S.A.

C.N.P.J. MF Nº 76.518.836/0001-44

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.
Os documentos referentes a essas demonstrações estão à disposição dos senhores acionistas na sede da companhia.
Curitiba, 25 de abril de 2024

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R$

	Controladora		Consolidado	
ATIVOS	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	64.818	319.330	101.101	349.904
Contas a receber de clientes	154.997	113.639	214.045	173.481
Contas a receber de clientes partes relacionadas	190.485	37.587	243.667	41.202
Estoques	320.071	371.697	476.512	529.097
Impostos a recuperar	29.821	27.992	97.892	36.689
Despesas antecipadas	7.951	5.708	9.350	6.955
Adiantamentos a fornecedores	8.277	12.097	10.212	16.468
Outros ativos	19.897	66.448	21.794	74.479
Total do ativo circulante	**796.317**	**954.498**	**1.174.573**	**1.228.275**
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Impostos a recuperar	4.734	20.459	54.587	36.113
Depósitos judiciais	6.744	9.373	11.857	16.606
Outros Ativos	-	-	474	-
Investimentos	599.487	417.796	-	-
Contas a receber de clientes partes relacionadas	90.000	90.000	150.100	150.100
Imobilizado	878.613	858.327	1.296.901	1.238.485
Direito de uso	378	1.944	493	2.551
Intangível	77.537	77.855	77.950	78.972
Total do ativo não circulante	**1.657.493**	**1.475.754**	**1.592.362**	**1.522.827**
TOTAL DO ATIVO	**2.453.810**	**2.430.252**	**2.766.935**	**2.751.102**

	Controladora		Consolidado	
PASSIVOS	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	127.465	142.865	239.877	205.478
Fornecedores - risco sacado	15.787	7.304	33.967	51.578
Fornecedores partes relacionadas	28.108	21.470	28.726	32.824
Empréstimos e financiamentos	88	-	88	-
Arrendamentos	395	1.654	478	2.077
Salários, provisões e contribuições sociais	16.977	22.201	24.987	31.340
Imposto de renda e contribuição a pagar	454	-	3.401	-
Impostos a recolher	68.269	76.022	111.753	133.845
Dividendos a pagar	38.725	38.725	38.725	38.725
Adiantamentos de clientes	1.503	1.611	2.529	3.174
Outros passivos	16.492	13.086	23.771	19.478
Total do passivo circulante	**314.263**	**324.938**	**508.302**	**518.519**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	2.500	-	2.500	-
Arrendamentos	-	354	56	542
Fornecedores partes relacionadas	459.924	417.416	459.924	417.416
Imposto de renda e contribuição social diferidos	141.668	118.990	143.034	101.722
Impostos a recolher	190.923	226.260	304.363	364.442
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	10.896	56.727	15.120	62.894
Total do passivo não circulante	**805.911**	**819.747**	**924.997**	**947.016**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	1.138.778	1.138.778	1.138.778	1.138.778
Reservas de capital	5.859	5.859	5.859	5.859
Reserva legal	60.957	54.304	60.957	54.304
Reserva de retenção de lucros	100.859	58.146	100.859	58.146
Ajustes de avaliação patrimonial	27.183	28.480	27.183	28.480
Total do patrimônio líquido atribuído a controladores	**1.333.636**	**1.285.567**	**1.333.636**	**1.285.567**
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO	**2.453.810**	**2.430.252**	**2.766.935**	**2.751.102**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R$

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital: Incentivos fiscais	Reserva de capital: Lei nº 6.158/70	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Participação não controladores	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		**1.448.846**	**4.745**	**1.089**	**50.114**	**590.638**	**29.777**	**-**	**2.125.209**	**211.890**	**2.337.099**
Aumento (redução) de capital		(310.068)	-	-	-	-	-	-	(310.068)	-	(310.068)
Cisão parcial		-	-	-	-	-	-	-	-	(199.867)	(199.867)
Lucro (Prejuízo) do Exercício		-	-	-	-	-	-	83.790	83.790	(12.023)	71.767
Reserva legal		-	-	-	4.190	-	-	(4.190)	-	-	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	(613.389)	(613.389)	-	(613.389)
Incentivo Fiscal Lei 11.941/09		-	25	-	-	-	-	-	25	-	25
Realização custo atribuído		-	-	-	-	-	(1.297)	1.297	-	-	-
Destinação para reserva de lucros		-	-	-	-	(532.492)	-	532.492	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		**1.138.778**	**4.770**	**1.089**	**54.304**	**58.146**	**28.480**	**-**	**1.285.567**	**-**	**1.285.567**
Lucro (Prejuízo) do Exercício		-	-	-	-	-	-	133.069	133.069	-	133.069
Reserva legal		-	-	-	6.653	-	-	(6.653)	-	-	-
Constituição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	(53.396)	(53.396)	-	(53.396)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios								(31.604)	(31.604)		(31.604)
Realização custo atribuído		-	-	-	-	-	(1.297)	1.297	-	-	-
Destinação para reserva de lucros		-	-	-	-	42.713	-	(42.713)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		**1.138.778**	**4.770**	**1.089**	**60.957**	**100.859**	**27.183**	**-**	**1.333.636**	**-**	**1.333.636**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R$

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	1.650.043	2.304.622	2.544.078	3.105.017
CUSTO DAS VENDAS	(1.376.587)	(1.643.619)	(2.076.338)	(2.331.287)
LUCRO BRUTO	**273.456**	**661.003**	**467.740**	**773.730**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Com vendas	(150.684)	(340.118)	(213.285)	(406.520)
Gerais e administrativas	(98.775)	(111.965)	(147.082)	(146.553)
Equivalência patrimonial	96.689	5.265	-	-
Outras receitas (despesas) líquidas	25.229	(56.705)	51.100	(60.776)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**145.915**	**157.480**	**158.473**	**159.881**
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	44.513	37.390	84.763	52.513
Despesas financeiras	(59.690)	(72.874)	(80.632)	(105.628)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	26.480	(14.050)	25.699	(13.308)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**157.218**	**107.946**	**188.303**	**93.458**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Diferidos	(19.389)	4.651	(37.188)	7.116
Correntes	(4.760)	(28.807)	(18.046)	(28.807)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**133.069**	**83.790**	**133.069**	**71.767**
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores			133.069	83.790
Acionistas não controladores			-	(12.023)
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO			1,35	0,85

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

a) Lei das sociedades por ações
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76, Lei 11.638/97) e CPCs.

(b) Apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e não incluiu o efeito da inflação sobre as demonstrações financeiras.

(c) Estoques
Os estoques são demonstrados ao custo médio, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização.

(d) Ativo não circulante
As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial e as depreciações do imobilizado são calculadas pelo método linear.

(e) Passivo circulante e não circulante
São demonstrados pelos valores atualizados para a data do balanço.

(f) Capital Social
O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é R$ 1.138.778 mil (2022 R$ 1.138.778 mil), representado por 98.594.503 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R$

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	157.218	107.946	188.303	93.458
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação imobilizado	111.474	118.582	139.392	149.955
Depreciação do direito de uso	1.694	3.705	2.105	13.812
Amortização intangível	2.359	1.919	3.062	2.697
Baixa do ativo por direito de uso	-	-	(1)	-
Baixas de imobilizado	1.550	10.534	1.835	17.038
Baixas de intangível	25	20.802	26	20.806
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(98)	(206)	(354)	(874)
Provisão para perda com estoques	6.510	1.887	9.825	2.881
Perdas créditos fiscais	-	-	(15.506)	-
Resultado da Equivalência patrimonial	(96.689)	(5.265)	-	-
Ajuste a valor presente e correções monetárias	16.390	26.766	16.390	48.925
Ajustes a valor presente de ICMS	-	-	16.052	-
Recuperação créditos fiscais PIS/COFINS	-	-	-	(4.524)
Reversão de outras provisões	-	811	-	811
Provisão obsolescência imobilizado (Impairment)	-	75.650	-	78.111
Provisão obsolescência intangível (Impairment)	-	-	-	-
Constituição (reversão) de provisão para riscos fiscais cíveis e trabalhistas	(37.723)	45.778	4.106	47.844
Juros e variações s/ empréstimos	88	(20.310)	88	(20.310)
Variações monetárias e cambiais líquidas	(26.480)	14.050	(25.699)	13.308
(Lucro) prejuízo da alienação de imobilizado	-	(41.466)	-	(34.965)
Indenizações recebidas Masisa S.A.	-	-	-	-
Juros de arrendamentos	51	74	58	559
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes (terceiros e partes relacionadas)	(31.685)	(123.493)	(30.982)	(126.147)
Estoques	45.116	(41.648)	42.760	(84.890)
Impostos a recuperar	13.896	(2.109)	1.402	(7.918)
Adiantamento a fornecedores	3.892	31.697	6.371	28.668
Despesas antecipadas	(2.243)	7.807	(2.395)	8.673
Depósitos judiciais	2.628	(2.032)	4.750	(4.077)
Ativos não circulantes mantidos para venda	-	-	6.471	-
Outros ativos	46.479	107.096	45.782	107.304
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores (terceiros)	19.564	(75.593)	(48.985)	(93.327)
Salários, provisões e contribuições sociais	(1.644)	(2.957)	(2.773)	(4.518)
Impostos a recolher	(63.061)	(39.749)	(102.142)	(64.988)
Fornecedores (partes relacionadas)	6.010	(1.126)	6.010	(1.126)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(8.107)	11.950	(51.881)	11.950
Adiantamentos de clientes	(109)	(554)	(645)	(385)
Outros passivos	3.554	(31.931)	4.437	(42.772)
Caixa gerado pelas operações	**170.659**	**198.615**	**217.861**	**155.980**
Juros pagos	-	(7.886)	-	(7.983)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.017)	(41.240)	(10.783)	(47.364)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**169.642**	**149.489**	**207.078**	**100.633**
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(135.377)	(125.549)	(201.708)	(206.687)
Contas a pagar Masisa S.A.	-	-	-	162
Arauco Indústria de Painéis Ltda	(85.000)	-	-	-
Recebimento de empréstimos concedidos a relacionadas	-	-	-	40.000
Empréstimos concedidos a relacionadas	(162.473)	(90.000)	(212.473)	(90.000)
Caixa líquido aplicado nas (gerando pelas) atividades de investimento	**(382.850)**	**(215.549)**	**(414.181)**	**(256.525)**
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação de empréstimos	2.500	-	2.500	-
Aumento (redução) do capital social	-	-	-	83.460
Dividendos Pagos	(85.000)	(589.630)	(85.000)	(589.630)
Recebimento de empréstimos concedidos a relacionadas	43.135	421.880	43.135	421.880
Pagamento de Passivos de Arrendamentos	(1.939)	(3.845)	(2.335)	(5.887)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento	**(41.304)**	**(171.595)**	**(41.700)**	**(90.177)**
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(254.512)	(237.655)	(248.803)	(246.069)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**319.330**	**556.985**	**349.904**	**595.973**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**64.818**	**319.330**	**101.101**	**349.904**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cristián Eustáquio Infante Bilbao
Matías Jorge Domeyko Cassel
Pablo Franzini

DIRETORIA EXECUTIVA

Carlos Alberto Altimiras Ceardi - **Diretor-Presidente**
Julio Cesar Scarpellini - **Diretor**
Rogério Latchuk - **Diretor**
Valéria de Paula Ribeiro - **Diretora**

Robson Luiz Marques
Contador CRC-PR 035462/O-4

Metrópole Governo Estadual

Foto: Roberto Dziura Jr/AEN

Investimento de R$ 123 milhões: governador entrega duplicação da BR-277 em Guarapuava

Obra atende a uma demanda histórica dos moradores de Guarapuava e dá mais segurança ao trecho de 6,2 quilômetros da rodovia que corta a cidade. Investimento do Governo do Estado foi de R$ 123,5 milhões

O governador Carlos Massa Ratinho Junior inaugurou nesta quinta-feira (25) a duplicação da BR-277 em Guarapuava, na região Centro-Sul do Paraná. A obra, que abrange um trecho de 6,2 quilômetros, recebeu investimento de R$ 123,5 milhões do Governo do Estado.

A duplicação resolve um problema histórico do município, que registrava um grande número de acidentes no trecho da rodovia que corta a cidade. Também é uma nova intervenção na BR-277, assim como a do perímetro urbano de Cascavel, inaugurada em fevereiro. Esse é o principal corredor logístico do Oeste e da região Central para o Litoral.

"Esta é uma obra muito importante, que atende uma demanda de muitos anos dos moradores e empresários da região. Este é um trecho com um fluxo muito intenso de caminhões, que sempre foi muito perigoso. Além de solucionar gargalos logísticos, esta duplicação está salvando vidas", afirmou o governador Ratinho Junior.

A estimativa é que a duplicação beneficie diariamente cerca de 200 mil pessoas entre moradores da cidade e motoristas de outras regiões que passam pelo trecho ao viajar pelo Estado. Além de promover um tráfego mais seguro na rodovia, a obra também vai das mais agilidade aos motoristas que passam pelo local e desafogar o trânsito da estrada, que ficava congestionada nos horários de pico.

O investimento do governo estadual é fruto de uma negociação que permitiu que o Estado assumisse as obras no trecho que é de uma rodovia federal. "Esta rodovia é de responsabilidade do governo federal. Mas, sabendo da importância desta duplicação, nós nos juntamos, conversamos e assumimos a responsabilidade por esta obra", disse o secretário de Infraestrutura e Logística, Sandro Alex.

"Com muita alegria nós vemos este novo trecho mudar a cara de Guarapuava. Muitas pessoas já foram vítimas de acidentes neste trecho, eu inclusive já perdi amigos aqui, mas hoje nós temos uma nova estrada, mais segura, bem equipada e moderna para atender a população", afirmou o prefeito de Guarapuava, Celso Góes.

assina ordem de serviço da pavimentação da PR-092 em Doutor Ulysses

DUPLICAÇÃO

Além de duplicar os dois sentidos da rodovia entre os km 344 e km 350,2 e executar as vias marginais em ambos os lados da BR-277, a obra incluiu a implantação de interseções em desnível na Avenida Professor Pedro Carli, entre a Rua João Fortkamp e a Rua Campo Grande, e no acesso ao aeroporto municipal.

O investimento também incluiu o alargamento do viaduto no km 344, no entroncamento com a PRC-466. Foram reformadas as alças de acesso e as saídas da rodovia para a cidade, facilitando o trânsito de motoristas que atravessam a rodovia de um lado a outro.

A obra incluiu ainda a implantação três pontes no km 345,5 e duas passarelas para pedestres. Ainda fizeram parte do investimento a instalação de uma nova iluminação pública em um trecho de 12,2 quilômetros, além de nova sinalização por todo o trecho.

Santander — FRAZÃO Leilões

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 13 de maio de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 15 de maio de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 6º andar, sala 66, Centro Empresarial Santa Tereza, Mooca, São Paulo/SP, CEP: 03164-140, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos da Cédula de Crédito Bancário nº 0010249329, firmada em 12/07/2021, com o **Fiduciante MARLOVA DA LUZ PEREIRA,** maior, inscrita no CPF nº 004.144.039-08, no dia 13/05/2024 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 129.070,13** (cento e vinte e nove mil setenta reais e treze centavos), o imóvel matriculado sob nº **59.180 do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de São José dos Pinhais/PR,** constituído por "O Apartamento 403, situado no 3º pavimento, do Bloco 01, do Residencial Flórida, com acesso pela Rua Octávio Cim, nº 1227, localizado à direita, na frente de quem acessa o bloco (cujo bloco é o primeiro à esquerda de quem entra no condomínio, seguindo o sentido horário), com a área construída privativa 44,0600m², área construída de uso comum 5,5102m², área total construída 49,5702m², fração ideal de solo 0,0056818, quota de terreno 64,7727m², contendo: 2 quartos, sala, bwc social, cozinha/área de serviço e circulação, construído no lote C487, situado na Colônia Afonso Pena, quadro urbano da cidade de São José dos Pinhais/PR". **Cadastro Municipal:** 04.220.0041.0015.01 (Av.01). Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.06 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 15/05/2024, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 80.000,00** (oitenta mil reais), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. **O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira. Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br , **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Outras informações no site da Leiloeira: www.FrazaoLeiloes.com.br**. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.21624_RM_2633-06).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA 11ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI Avenida Cândido de Abreu, 535 - 11º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-000 - Fone: 41 3222-2476 - Celular: (41) 99866-3548 - E-mail: onzecivel@gmail.com **Autos nº. 0019751-15.2020.8.16.0013** EDITAL de CITAÇÃO de PAULO VINICIUS DE CARVALHO (RG: 70704064 SSP/PR e CPF/CNPJ: 005.336.799-58) e Semeadora Editora Gráfica Ltda (CPF/CNPJ: 80.361.405/0001-94), com prazo de 30 (trinta) dias. Processo: 0019751-15.2020.8.16.0013 Classe Processual: Monitória Assunto Principal: Inadimplemento Valor da Causa: R$96.180,80 **Autor(s): FINANCE BBI SECURITIZADORA S/A** (CPF/CNPJ: 19.524.091/0001-92) Rua José Izidoro Biazetto, 1210 Sala 407 - Mossunguê - CURITIBA/PR - CEP: 81.200-240 **Réu(s): PAULO VINICIUS DE CARVALHO** (RG: 70704064 SSP/PR e CPF/CNPJ: 005.336.799-58) Avenida Nossa Senhora da Luz, 1307, - Jardim Social - CURITIBA/PR - CEP: 82.520-060 Semeadora Editora Gráfica Ltda (CPF/CNPJ: 80.361.405/0001-94) Avenida Nossa Senhora da Luz, 1307, - Jardim Social - CURITIBA/PR - CEP: 82.520-060 O Dr. PAULO GUILHERME R. R. MAZINI, MM. Juiz de Direito Substituto da 11ª Vara Cível da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, FAZ SABER que por este cartório e juízo, tramitam autos acima nominado, onde determinou-se a citação dos requeridos, restaram negativas em todas as sua tentativas, esgotando todos os meios possíveis para sua localização, estando portanto atualmente, em lugar incerto e não sabido, ficam PAULO VINICIUS DE CARVALHO (RG: 70704064 SSP/PR e CPF/CNPJ: 005.336.799-58) e Semeadora Editora Gráfica Ltda (CPF/CNPJ: 80.361.405/0001-94), devidamente CITADO dos termos da ação em epígrafe para que, querendo, através de advogado constituído, no prazo de quinze (15) dias, contados da publicação deste em Jornal Oficial ou de Circulação Comercial, paguem a quantia de R$ 96.180,80 (Noventa e seis mil cento e oitenta reais e oitenta centavos), acrescido de honorários advocatícios de 5% sobre o valor atribuído à causa, mais acréscimos legais devidos até a data do pagamento, ou entregue a coisa ou execute a obrigação de fazer ou de não fazer, nos termos do artigo 701, do Novo Código de Processo Civil. Se efetuado o pagamento, entregue a coisa ou executada a obrigação nesse prazo, ficará Vossa Senhoria, isenta de custas processuais, nos termos do art. 701, § 1º do NCPC; ou, querendo, no mesmo prazo, através de advogado constituído, oponha embargos, sob pena de, não o fazendo, ser convertido o mandado inicial em executivo, cabendo aí, arresto e penhora de bens, na forma do disposto pelo art. 702 do NCPC, Sob pena de nomeação de Curador Especial (artigo 257, IV, do NCPC) e prosseguimento do feito independentemente de seu conhecimento. Tudo de conformidade com o que dos autos consta. Dado e passado nesta cidade de Curitiba - PR, oito (28) do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e quatro (2024). Eu (Jucelio Veloso), Escrevente Juramentado, o fiz digitar, conferi e subscrevo. PAULO GUILHERME R. R. MAZINI Juiz de Direito Substituto

---

S.I.C PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.
CNPJ Nº 34.118.546/0001-63
NIRE 41209141909

ATA DA 3ª REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2024

DATA E HORÁRIO: 10 de abril de 2024, às 14h (quatorze horas). **LOCAL:** na sede da sociedade, localizada Rua Coronel Ottoni Maciel, nº 490, apartamento 704, andar 07, Cond. Bellatrix Res., bairro Vila Izabel, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, CEP 80.320-000. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação em razão da presença de sócios representando 100% (cem por cento) do capital social. **MESA: Presidente:** Sr. Genor Alberto Cima; **Secretário:** Gelso Luiz Cima. **ORDEM DO DIA: (1)** Análise, discussão e aprovação da redução do capital social de R$36.058.750,00 (trinta e seis milhões, cinquenta e oito mil, setecentos e cinquenta reais) para R$21.635.250,00 (vinte e um milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais), conforme autorizado pelo art. 1.082, inc. II do Código Civil, **(2)** confirmar a renúncia ao cargo de administradora realizada por **Ros Mari Teresinha Cima** e **Maria Elena Cima Tortato** e **(3)** alteração da Cláusula Quarta do Contrato Social da Sociedade. **DELIBERAÇÕES UNÂNIMES: (1)** As Sócias, por unanimidade e sem qualquer ressalva, deliberaram aprovar a redução do capital social de R$36.058.750,00 (trinta e seis milhões, cinquenta e oito mil, setecentos e cinquenta reais) dividido em 36.058.750 (trinta e seis milhões, cinquenta e oito mil, setecentas e cinquenta) quotas, todas com valor de R$1,00 (um real) cada uma, para R$21.635.250,00 (vinte e um milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais), mediante a restituição às sócias de investimentos no valor total de R$14.423.500,00 (quatorze milhões, quatrocentos e vinte e três mil e quinhentos reais), conforme autorização do art. 1.082, inc. II do Código Civil. Em decorrência da redução de capital ora aprovada, são neste ato canceladas e declaradas extintas 14.423.500,00 (quatorze milhões, quatrocentas e vinte e três mil e quinhentas) quotas, de propriedade das sócias na seguinte proporção: **(i)** 7.211.750 (sete milhões, duzentas e onze mil, setecentas e cinquenta) quotas sociais de propriedade da sócia **RMC PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.** e **(ii)** 7.211.750 (sete milhões, duzentas e onze mil, setecentas e cinquenta) quotas sociais de propriedade da sócia **FCT PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.** Tendo em vista o cancelamento da integralidade das suas quotas, ambas as sócias retiram-se da Sociedade neste ato. **(1.1)** A restituição dos investimentos às sócias **RMC PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.** e **FCT PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.,** no valor total de R$14.423.500,00 (quatorze milhões, quatrocentos e vinte e três mil e quinhentos reais) será feita mediante a transferência às referidas sócias dos seguintes bens de propriedade da Sociedade: **(i)** para a sócia **RMC PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.,** já qualificada, em razão do cancelamento e extinção das 7.211.750 (sete milhões, duzentas e onze mil, setecentas e cinquenta) quotas sociais que eram de sua propriedade, a restituição dos investimentos é feita neste ato mediante a transferência de 7.000.000 (sete milhões) de quotas de titularidade da Sociedade na **CIMA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA.,** e 211.150 (duzentas e onze mil, cento e cinquenta) quotas de titularidade da Sociedade na **UNIMAIS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.,** e **(ii)** para a sócia **FCT PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.,** já qualificada, em razão do cancelamento e extinção das 7.211.750 (sete milhões, duzentas e onze mil, setecentas e cinquenta) quotas sociais que eram de sua propriedade, a restituição dos investimentos é feita neste ato mediante a transferência de 7.000.000 (sete milhões) de quotas de titularidade da Sociedade na **CIMA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA.** e 211.150 (duzentas e onze mil, cento e cinquenta) quotas de titularidade da Sociedade na **UNIMAIS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. (1.2)** Ficam os administradores da Sociedade expressamente autorizados a firmar qualquer documento, público ou particular, destinados a promover a transferência das quotas acima descritas em favor das sócias já qualificadas, e praticar todos os atos destinados à formalização das referidas transferências e atendimento às exigências legais. Passando ao item **(2)** da Ordem do Dia, as sócias aprovam a renúncia ao cargo de administradoras, realizada por Maria Elena Cima Tortato e Ros Mari Teresinha Cima, o que será posteriormente formalizado por meio da 4ª (quarta) alteração do Contrato Social da Sociedade. Passando ao item **(3)** da Ordem do dia, as sócias aprovam a reforma da Cláusula Quarta do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: **CLÁUSULA QUARTA:** O Capital Social, no valor de R$21.635.250,00 (vinte e um milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais), dividido em 21.635.250 (vinte e um milhões, seiscentas e trinta e cinco mil, duzentas e cinquenta) quotas, com valor nominal R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, é assim distribuído entre os sócios: **(i)** G.A.C Participações Societárias Ltda. - 7.211.750 quotas, R$ 7.211.750,00 – 33,33%; **(ii)** C.C.D.G. Participações Societárias Ltda - 7.211.750 quotas, R$ 7.211.750,00 – 33,33% e **(iii)** GTC Participações Societárias Ltda. - 7.211.750 quotas, R$ 7.211.750,00 – 33,33%. **Parágrafo Único:** A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas e respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme o artigo 1.052 do Código Civil de 2002. **ENCERRAMENTO:** Oferecida a palavra a quem mais dela quisesse fazer uso e ninguém se manifestando, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi lida a ata, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes, conforme livro de presença. **Presidente: Sr.** Genor Alberto Cima; **Secretário:** Gelso Luiz Cima. Curitiba, 10 de abril de 2024. **Sócias: RMC Participações Societárias Ltda., FCT Participações Societárias Ltda., G.A.C Participações Societárias Ltda., C.C.D.G Participações Societárias Ltda. e GTC Participações Societárias Ltda.** e na condição de **Interveniente Anuente: Helena Mocellin Cima.**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Comarca de Curitiba Estado do Paraná

REGISTRO DE IMÓVEIS DA 8º CIRCUNSCRIÇÃO
RUA JOSÉ LOUREIRO, 133 - 17º ANDAR - FONE: 3233-4107
www.8registro.com.br
ITALO CONTI JÚNIOR
AGENTE DELEGADO
CPF/MF Nº 004.056.559-91

EDITAL DE INTIMAÇÃO

COM PRAZO DE 15 DIAS

ÍTALO CONTI JÚNIOR , Oficial do Cartório do 8º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Curitiba, no uso de suas atribuições, etc.

Ref. Prot.: 775473

FAZ SABER a **KATIANE CORDEIRO MARQUES GIL DA SILVA** , brasileira, casada, vendedora, portadora da C.I. nº 9.354.402-1-PR e do CPF/MF nº 044.133.259-58, residente e domiciliada: 1 - Rua Casemiro Mitczuk, n° 106, Bloco 17, Apartamento 32, Bairro: Cidade Industrial, CEP: 81.270-170; 2 - Rua Mafra, n° 37, Bairro: Cidade Industrial, CEP: 81.270-300; 3 - Rua Eduardo Carlos Pereira, n° 2517, Bloco B, Apartamento 408, Bairro: Portão, CEP: 80.610-170, CURITIBA-PR , que não sendo encontrada nos endereços supra, conforme certidões exaradas em 04 de abril de 2024 e 09 de março de 2024 , nas Cartas de Intimação registradas sob nºs 846.745 e 847.961 , no 2° Registro de Títulos e Documentos , desta Comarca, em 20/02/2024 e 03/04/2024 , fica pelo presente Edital, **INTIMADA** V.Sª.para fins de pagamento do débito correspondente as parcelas vencidas no período de 01/09/2023 até 01/04/2024 , totalizando o saldo devedor de R$5.461,08 (cinco mil, quatrocentos e sessenta e um reais e oito centavos) , posicionados até 18/04/2024 , sujeito à atualização monetária, aos juros de mora até a data do efetivo pagamento e às despesas de cobrança, somando-se, também, as prestações e os encargos que se vencerem neste período, decorrentes do Contrato por Instrumento Particular de Compra e Venda de Unidade Isolada e Mútuo com Obrigações e Alienação Fiduciária, com caráter de escritura pública, na forma da lei, firmado nesta Capital, em 14 de novembro de 2008 , e registrado sob nº 13 (treze), na Matrícula nº 41.708 , desta Serventia, referente ao imóvel constituído pelo APARTAMENTO n° 32 (trinta e dois), do BLOCO 17 (dezessete), do "CONJUNTO MORADIAS AUGUSTA VII", situado no distrito de Campo Comprido, nesta Capital , em que figura como credor(a) fiduciário(a) o(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, CNPJ/MF: 00.360.305/0001-04 .

Assim, tendo expirado o prazo de carência, convencionado no contrato, para o procedimento de cobrança, fica INTIMADA V.Sª. para que se dirija ao Cartório da 8ª Circunscrição Imobiliária desta Comarca, a meu cargo, situado à Rua José Loureiro, nº 133, Edifício Mauá, 17º andar – Centro, Curitiba-PR, no horário das 8:30 as 17:00 horas, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no **prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis**, contados da data da terceira e última publicação deste Edital.

Fica, ainda, CIENTIFICADA V.Sª. de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do (a) credor(a) fiduciário(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, CNPJ/MF: 00.360.305/0001-04 , nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Curitiba, 18 de abril de 2024 .

ÍTALO CONTI JÚNIOR - Agente Delegado

ROZANGELA RODRIGUES DE OLIVEIRA - Escrevente Juramentado

CARLA RUBIA DOS SANTOS - Escrevente Indicada

SANDRA R. PELEGRINELLI DOS SANTOS - Escrevente Indicada

Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.	Assinado por: **CARLA RUBIA DOS SANTOS** No dia: **22/04/2024**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Comarca de Curitiba Estado do Paraná

REGISTRO DE IMÓVEIS DA 8º CIRCUNSCRIÇÃO
RUA JOSÉ LOUREIRO, 133 - 17º ANDAR - FONE: 3233-4107
www.8registro.com.br
ITALO CONTI JÚNIOR
AGENTE DELEGADO
CPF/MF Nº 004.056.559-91

EDITAL DE INTIMAÇÃO

COM PRAZO DE 15 DIAS

ÍTALO CONTI JÚNIOR , Oficial do Cartório do 8º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Curitiba, no uso de suas atribuições, etc...

Ref. Prot.: 778201

FAZ SABER a **LUÍS FERNANDO KUNS** , brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador da C.I. nº 4.638.348-6-PR e inscrito no CPF/MF sob nº 674.229.009-97 , residente e domiciliad o : 1 - Rua Stelinha Egg, n° 35, Residência 04, Bairro: Santa Felicidade, CEP: 82.015-735; 2 - Rua Espírito Santo, n° 1203, Sobrado 02, Bairro: Água Verde, CEP: 80.630-200 , CURITIBA-PR , que não sendo encontrad o nos endereços supra, conforme certidão exarada em 26 de março de 2024 , na Carta de Intimação registrada sob nº 847.475 , no 2° Registro de Títulos e Documentos , desta Comarca, em 15/03/2024 , fica pelo presente Edital, **INTIMAD O** para fins de pagamento do débito correspondente as parcelas vencidas no período de 01/05/2023 até 01/04/2024 , totalizando o saldo devedor de R$75.788,02 (setenta e cinco mil, setecentos e oitenta e oito reais e dois centavos), posicionados até 05/04/2024 , sujeito à atualização monetária, aos juros de mora até a data do efetivo pagamento e às despesas de cobrança, somando-se, também, as prestações e os encargos que se vencerem neste período, decorrentes do Instrumento Particular de Financiamento para Aquisição de Imóvel, Venda e Compra e Constituição de Alienação Fiduciária, Entre Outras Avenças (Contrato nº 000925500-1), com força de escritura pública, na forma da lei, firmado em São Paulo-SP, em 14 de setembro de 2018, objeto do registro nº 2 (dois), da Matrícula nº 205.385, desta Serventia, referente ao imóvel constituído pela RESIDÊNCIA nº 04 (quatro), do "CONDOMÍNIO RESIDENCIAL HELEN", situado à Rua Stelinha Egg, nº 35, nesta Cidade de Curitiba-PR , em que figura como credor(a) fiduciário(a) o(a) BANCO BRADESCO S/A, CNPJ/MF: 60.746.948 /0001-12 .

Assim, tendo expirado o prazo de carência, convencionado no contrato, para o procedimento de cobrança, fica INTIMAD O V.Sª. para que se dirija ao Cartório da 8ª Circunscrição Imobiliária desta Comarca, a meu cargo, situado à Rua José Loureiro, nº 133, Edifício Mauá, 17º andar – Centro, Curitiba-PR, no horário das 8:30 as 17:00 horas, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no **prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis** , contados da data da terceira e última publicação deste Edital.

Fica, ainda, CIENTIFICADO V.Sª. de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a) BANCO BRADESCO S /A, CNPJ/MF: 60.746.948/0001-12, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Curitiba, 05 de abril de 2024.

ÍTALO CONTI JÚNIOR - Agente Delegado

ROZANGELA RODRIGUES DE OLIVEIRA - Escrevente Juramentado

CARLA RUBIA DOS SANTOS - Escrevente Indicada

SANDRA R. PELEGRINELLI DOS SANTOS - Escrevente Indicada

Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.	Assinado por: **CARLA RUBIA DOS SANTOS** No dia: **22/04/2024**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Comarca de Curitiba Estado do Paraná

REGISTRO DE IMÓVEIS DA 8º CIRCUNSCRIÇÃO
RUA JOSÉ LOUREIRO, 133 - 17º ANDAR - FONE: 3233-4107
www.8registro.com.br
ITALO CONTI JÚNIOR
AGENTE DELEGADO
CPF/MF Nº 004.056.559-91

EDITAL DE INTIMAÇÃO

COM PRAZO DE 15 DIAS

ÍTALO CONTI JÚNIOR , Oficial do Cartório do 8º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Curitiba, no uso de suas atribuições, etc...

Ref. Prot.: 778845

FAZ SABER a **MÁRCIA VERA VORPAGEL HOFFMANN** e s/m **IRINEU HOFFMANN** , brasileiros, casados, em 07/10/1995, sob o regime de comunhão parcial de bens, vendedora e inspetor de classe, portadores, ela da C.I. nº 6.446.394-2-PR e do CPF/MF nº 005.480.359-46, ele da C.I. nº 5.884.398-9-PR e do CPF/MF nº 886.321.649-53 , residentes e domiciliad os : 1 - Rua Cinco de Maio-Dia do Expedicionário, n° 652, Sobrado 10, Bairro: Alto Boqueirão, CEP: 81.850-420; 2 - Rua Leopoldo Kojarski, n° 38, Bairro: Xaxim, CEP: 81.720-400 , CURITIBA-PR , que não sendo encontrad os nos endereços supra, conforme certidões exaradas em 22 de março de 2024 , nas Cartas de Intimação registradas sob nºs 846.997 e 847.000 , no 2° Registro de Títulos e Documentos , desta Comarca, em 29/02/2024 , ficam pelo presente Edital, **INTIMAD OS** para fins de pagamento do débito correspondente as parcelas vencidas no período de 04/10/2022 até 04/04/2024 , totalizando o saldo devedor de R$22.468,22 (vinte e dois mil quatrocentos e sessenta e oito reais e vinte e dois centavos), posicionados até 10/04/2024 , sujeito à atualização monetária, aos juros de mora até a data do efetivo pagamento e às despesas de cobrança, somando-se, também, as prestações e os encargos que se vencerem neste período, decorrentes do Contrato por Instrumento Particular de Compra e Venda de Imóvel Residencial Quitado, Mútuo com Obrigações, Cancelamento do Registro de Ônus e Constituição de Alienação Fíduciária em Garantia - Contrato nº 1.4444.0421262-2, com caráter de escritura pública, na forma da lei, firmado nesta Capital, em 04 de outubro de 2013, objeto do registro nº 10 (dez), da Matrícula nº 90.355, desta Serventia, referente ao imóvel constituído pela CASA n° 10 (dez), do BLOCO 03 (três), do "CONJUNTO RESIDENCIAL RIVADAVIA", situado à Rua Cinco de Maio-Dia do Expedicionário, n° 396, nesta Cidade de Curitiba-PR , em que figura como credor(a) fiduciário (a) o(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, CNPJ/MF 00.360.305/0001-04.

Assim, tendo expirado o prazo de carência, convencionado no contrato, para o procedimento de cobrança, fica INTIMAD O V.Sª. para que se dirija ao Cartório da 8ª Circunscrição Imobiliária desta Comarca, a meu cargo, situado à Rua José Loureiro, nº 133, Edifício Mauá, 17º andar – Centro, Curitiba-PR, no horário das 8:30 as 17:00 horas, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no **prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis** , contados da data da terceira e última publicação deste Edital.

Fica, ainda, CIENTIFICADO V.Sª. de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, CNPJ/MF 00.360.305/0001-04, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

ÍTALO CONTI JÚNIOR - Agente Delegado

ROZANGELA RODRIGUES DE OLIVEIRA - Escrevente Juramentado

CARLA RUBIA DOS SANTOS - Escrevente Indicada

SANDRA R. PELEGRINELLI DOS SANTOS - Escrevente Indicada

Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.	Assinado por: **CARLA RUBIA DOS SANTOS** No dia: **22/04/2024**

HORSE BRASIL S.A.

CNPJ 48.961.637/0001-70

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	Notas explicativas	2023
Ativos		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	8	103.099
Clientes	9	243.855
Estoques	10	180.417
Impostos a recuperar	11	114.071
Despesas antecipadas		11.263
Outros ativos circulantes		31.843
Total do ativo circulante		**684.548**
Não circulante		
Aplicações financeiras		1.844
Impostos a recuperar	11	7.496
Total do realizável a longo prazo		**9.340**
Imobilizado	12	667.823
		667.823
Total do ativo		**1.361.711**

	Notas explicativas	2023
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	13	228.159
Empréstimos e financiamentos	14	65.084
Obrigações sociais e previdenciárias	15	30.742
Royalties a pagar	16	3.876
Obrigações tributárias	17	13.789
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19 (a)	23.911
Provisões de garantia		4.176
Total do passivo circulante		**369.737**
Total do passivo		**369.737**
Patrimônio líquido		
Capital realizado	18	1.077.537
Reserva		(73.405)
Resultados acumulados		(12.158)
Total do patrimônio líquido		**991.974**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.361.711**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	Notas explicativas	2023
Receita líquida de vendas	20	801.498
Custo dos produtos vendidos	21	(755.417)
Lucro bruto		**46.081**
Vendas	21	(4.177)
Gerais e administrativas	21	(36.183)
Resultado antes do resultado financeiro		**5.721**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	22	6.713
Despesas financeiras	22	(1.597)
Variação cambial	22	916
Resultado financeiro, líquido		**6.032**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**11.753**
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(23.911)
Prejuízo líquido do exercício		**(12.158)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	Notas explicativas	Capital social	Reserva de Capital	Resultado acumulado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023		-	-	-	-
Intergralização de capital	18 a	1.077.537	-	-	1.077.537
Reserva de capital (cisão)	18 d	-	(73.405)	-	(73.405)
Resultado do exercício		-	-	(12.158)	(12.158)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**1.077.537**	**(73.405)**	**(12.158)**	**991.974**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	2023
Resultado do exercício	**(12.158)**
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente total do exercício	**(12.158)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	Notas explicativas	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda		**11.753**
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	12	47.208
Juros sobre empréstimos	14	894
		59.855
Variações em:		
Clientes	9	8.943
Estoques	10	(39.370)
Impostos a recuperar	11	(53.604)
Despesas antecipadas		(11.459)
Outros ativos		(17.276)
Fornecedores	13	53.921
Salários e obrigações sociais	15	11.578
Obrigações tributárias	17	13.789
Partes relacionadas	16	3.876
Outros passivos		4.176
Caixa gerado nas operações		**34.429**
Imposto de renda e contribuição social antecipados	11	(26.179)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**8.250**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	12	(17.490)
Integralização de capital	18 a	834
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(31.063)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	14	64.190
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**64.190**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		**55.784**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-
Caixa e equivalentes de caixa provenientes da cisão	1	47.315
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	**103.099**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

1 Contexto operacional

A Horse Brasil S.A. ("Companhia"), Empresa constituída em 30 de dezembro de 2022, e cujas operações se iniciaram em julho de 2023 por meio da versão do acervo líquido cindido da Renault do Brasil S.A., possui sede na Avenida Renault, 1.300 no bairro Roseira de São Sebastião em São José dos Pinhais, Paraná, sendo uma Sociedade Anônima de capital fechado e parte integrante do Horse Group, com sede em Madrid - Espanha. A Companhia tem por objeto social a fabricação de motores para automóveis, camionetas e utilitários; a fabricação de equipamentos, peças e acessórios para veículos automotores; e a fundição de metais não-ferrosos e suas ligas.

Em 01 de julho de 2023, a empresa Renault do Brasil S.A. sofreu uma cisão parcial transferindo para a Horse Brasil S.A. ativos e passivos referentes as operações de produção de motores de combustão e híbridos para veículos automotores (incluindo motores e caixas de câmbio). Nesta mesma data deu-se o início das operações da Horse Brasil S.A.

Em decorrência dessa cisão, também em 01 de julho de 2023, a Companhia recebeu o acervo líquido de R$ 1.003.494, conforme demonstrativo abaixo:

	Cisão		Cisão
Ativos		**Passivo**	
Circulante		**Circulante**	
Caixa e equivalentes de caixa	47.315	Fornecedores	174.238
Clientes	252.798	Obrigações sociais e previdenciárias	19.164
Estoques	141.047		
Impostos a recuperar	41.784	**Total do passivo circulante**	**193.402**
Outros ativos circulantes	16.411		
		Total do passivo	**193.402**
Total do ativo circulante	**499.355**		
Não circulante		**Patrimônio líquido**	
		Capital realizado	1.076.899
Imobilizado	697.541	Reserva	(73.405)
	697.541	**Total do patrimônio líquido**	**1.003.494**
Total do ativo	**1.196.896**	**Total do passivo e do patrimônio líquido**	**1.196.896**

Resultado operacional e expectativas para o ano subsequente

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia reconheceu prejuízo de R$ 12.159. Sob a ótica do balanço patrimonial, a Companhia precisou obter novas linhas de crédito com a Matriz, na Espanha, para cobrir as necessidades de caixa. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou R$ 103.098 em recursos compreendendo Caixa e Equivalentes de Caixa. Para 2024 a Companhia tem expectativa de caixa operacional negativo, necessitando novamente de uma negociação de crédito com a Matriz.

Apesar das incertezas sobre efeitos futuros nas demonstrações financeiras e/ou sobre as estimativas contábeis, todas as medidas possíveis, como negociações de empréstimos com a Matriz e também com outras instituições, estão sendo tomadas para preservação dos colaboradores, negócios e operações.

Adoção do princípio de continuidade operacional na preparação das demonstrações financeiras

Com base as informações acima, a Administração elaborou as presentes demonstrações financeiras considerando o pressuposto de continuidade operacional.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme descrito na nota explicativa 1, a Companhia iniciou suas operações em 01 de julho de 2023 e, portanto, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras comparativas, visto que a Companhia não tinha operações antes desta data.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de abril de 2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Tais estimativas são baseadas na experiência da Administração e conhecimento de informações disponíveis da data do balanço. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas nota explicativa 6m - reconhecimento de provisões e contingências: determinação se há uma obrigação presente com probabilidade provável de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 6 l** - redução ao valor recuperável *(Impairment);*
- **Nota explicativa 6 m** – reconhecimento e mensuração de provisão para garantia, principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saídas de recursos;
- **Nota explicativa 9** – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e
- **Nota explicativa 10** – mensuração de provisão para perdas nos estoques.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo, o que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente a Diretoria Financeira.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

- Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas notas explicativa 23 - instrumentos financeiros.
- Conforme descrito na nota explicativa 6.j, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.
- A nota explicativa 23 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente ao longo do exercício. Conforme mencionado na nota explicativa 2.a, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras comparativas devido as operações da empresa terem se iniciado em 01 de julho de 2023.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47
Serviços prestados	A Companhia realiza serviços de engenharia nos projetos do Grupo mundial, e, as faturas de serviço são emitidas mensalmente conforme horas mensuradas.	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado.
Venda de peças	Os clientes obtêm controle da mercadoria no momento em que as mercadorias são faturadas e estão disponíveis para retirada no pátio da Companhia, ou no momento do embarque quando a entrega deverá ser realizada no local acordado, por responsabilidade do cliente. Nenhum desconto é concedido posteriormente a à venda, tampouco existem programas de fidelidade na Companhia.	A receita é reconhecida quando a mercadoria é transferida para posse do cliente, podendo se dar no momento do faturamento, quando o cliente retira no pátio da Companhia, ou no momento do embarque para transporte.

c. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber); e
- A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 25%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controlada na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível;
- Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados;
- Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável;
- Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver; e,
- Mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Tendo em vista o início das operações da Companhia no presente exercício e, neste contexto, as incertezas inerentes para projetar os lucros tributáveis futuros que seriam utilizados para compensar os estoques de impostos diferidos ativos que a Companhia possui, a administração optou por não fazer qualquer reconhecimento destes ativos até que as suas operações estejam estabilizadas e, desta forma, tenha condições de estabelecer a parcela provável de compensação de seus ativos fiscais diferidos.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes, em anos:

Edifícios	40
Instalações	2-12
Máquinas e equipamentos	3-15
Moldes e ferramentas	2-7
Equipamentos de informática	4
Veículos	4
Móveis e utensílios	5-10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)
Sistemas de comunicação	10
Equipamentos e materiais publicitários	10

(*) Período de acordo com o contrato de locação

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis, os quais são compostos, substancialmente, por softwares, é de 3 anos...

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ou pelo seu valor justo por meio do resultado (VJR). Embora previsto na norma contábil, a Companhia não possui instrumentos financeiras classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e,
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; e
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Capital social

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

k. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento".

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Continua

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

I. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflitam as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(i) Garantias

Uma provisão para garantia é reconhecida quando os produtos ou serviços a que se referem são vendidos, com base em dados históricos e ponderação de cenários possíveis e suas respectivas probabilidades. As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

A Companhia oferece garantia de 1 a 3 anos para cobertura de problemas de fabricação. Os valores são provisionados com base em estimativas, tomando como parâmetro, médias históricas dos gastos incorridos, de acordo com as análises realizadas pelo departamento de garantia, as quais são revisadas anualmente.

(ii) Provisão para contingências

É constituída com base na avaliação efetuada pelos consultores jurídicos e pela Administração da Companhia das prováveis perdas com os processos judiciais, deduzida do saldo de depósitos judiciais, quando existentes.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitadas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não tem um empréstimo bancário com garantia e títulos conversíveis que estão sujeitos a covenants específicos.

Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

A Companhia está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2023
Caixa e bancos	966
Aplicações financeiras	102.133
	103.099

A Companhia conta com três bancos parceiros, Bradesco, Citi e Banco do Brasil, tendo por objetivo maximizar a rentabilidade e deixar o mínimo de saldo em conta corrente. A Companhia, em 31 de dezembro de 2023, encerrou o exercício com R$ 966 em conta corrente, principalmente explicado por desembaraços aduaneiros que não ocorreram a tempo e que estavam programados para o último dia útil do ano. As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas no Bradesco em decorrência do relacionamento. Foram realizadas aplicações em compromissadas e CDB com remuneração média de 60% e 100,50% do CDI, respectivamente.

9 Clientes

	2023
Clientes Nacionais	
Terceiros	3.628
Partes relacionadas	232.036
Clientes Internacionais	
Partes relacionadas	8.191
	243.855

O período médio de recebimento na venda de produtos foi de 45 dias em 2023.

O quadro a seguir demonstra os saldos a receber por vencimento:

	2023
Créditos a vencer	205.888
Créditos em atraso até 30 dias	22
Créditos em atraso de 31 a 90 dias	-
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	34.055
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	1.705
Créditos em atraso acima de 361 dias	2.185
	243.855

O principal negócio da Companhia é o fornecimento de motores à Renault do Brasil S.A., sendo a principal responsável pela composição do contas a receber e o prazo de recebimento é 45 dias após emissão da nota. Ademais, dos recebíveis relacionados a exportações de motores para a Renault Argentina, advindos da cisão da Renault do Brasil, R$ 33.135 ainda não foram recebidos em decorrência da situação econômica do país e a restrição da saída de dólares, consequentemente, é responsável por todo o aging a partir de 91 dias vencidos. As outras fontes de receita são nossas prestações de serviços de engenharia e a venda de sucatas e o prazo de recebimento fica entre 30 e 60 dias. Em razão dos valores vencidos serem mantidos junto a empresas do Grupo, a administração entende não haver riscos quanto ao seu recebimento e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

10 Estoques

	2023
Componentes para fabricação	135.363
Material de consumo	39.101
Produtos fabricados	26.428
(-) Provisão para perdas nos estoques	(20.475)
	180.417

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão para perda nos estoques:

	2023
Saldo no início do exercício	-
Adições	(20.475)
Baixas	-
Saldo no final do exercício	(20.475)

A provisão para perdas nos estoques é constituída com base em estimativas considerando-se o melhor julgamento da Administração. Caso a potencial perda não seja a mais provável, a provisão é revertida na proporção correspondente.

Em relação ao montante das adições em 2023, R$ 19.876 são referentes ao saldo transferido na cisão com a Renault do Brasil.

11 Impostos a recuperar

	2023
Circulante	
Imposto de renda e contribuição social antecipados	26.179
ICMS a recuperar	64.816
IPI a recuperar	14.965
PIS/COFINS a compensar	8.030
Outros impostos	81
	114.071
Não circulante	
ICMS a recuperar	7.496
	7.496
	121.567

Do valor total de impostos a recuperar, R$ 41.784 foram provenientes da versão de ativos cindidos da Renault do Brasil S.A. e o saldo remanescente foi gerado pelas operações normais da Companhia. No primeiro semestre de suas operações, a Companhia gerou R$ 100.335 de despesas com impostos indiretos, conforme evidenciado na nota explicativa 20. Esta informação, em conjunto com as projeções de faturamento e geração de débitos tributários ao longo do exercício de 2024, sustentam a classificação entre circulante e não circulante dos impostos a recuperar estimadas pela administração.

12 Imobilizado

	Taxas % anuais de depreciação	2023 Custo	2023 Depreciação acumulada	2023 Valor líquido
Terrenos	-	1.428	-	1.428
Edificações	3,33%	170.258	(76.413)	93.845
Máquinas e instalações industriais	4% a 50%	1.079.246	(568.106)	511.140
Máquinas e equipamentos	3,33% a 50%	396.213	(337.198)	59.015
Veículos	25%	5.464	(3.866)	1.598
Móveis e utensílios	12% a 17%	17.926	(17.128)	798
		1.670.534	(1.002.711)	667.823

Abaixo a movimentação do ativo imobilizado:

2023	Aquisição Cisão	Depreciação Cisão	Saldo Cisão	Adições	Depreciação	Saldo 2023
Terrenos	1.428	-	**1.428**	-	-	**1.428**
Edificações	170.254	(75.088)	**95.166**	4	(1.325)	**93.845**
Máquinas e instalações industriais	1.074.385	(544.247)	**530.138**	4.861	(23.859)	**511.140**
Máquinas e equipamentos	384.916	(319.255)	**65.661**	11.296	(17.943)	**59.014**
Veículos	5.464	(3.530)	**1.934**	-	(336)	**1.598**
Móveis e utensílios	16.597	(13.383)	**3.214**	1.329	(3.745)	**798**
Saldo ao final do exercício	1.653.044	(955.503)	**697.541**	17.490	(47.208)	**667.823**

13 Fornecedores

	2023
Nacional	
Terceiros	80.561
Partes relacionadas	12.214
Exterior	
Terceiros	2.177
Partes relacionadas	133.207
	228.159

A maioria dos pagamentos estrangeiros são importações de peças onde a matriz é a intermediadora (fluxo estrela), gerando um contas a pagar contra ela, enquanto as demais importações e serviços de outros fornecedores são pontuais e menos representativos. Já para fornecedores nacionais, há um saldo à pagar para a Renault do Brasil S.A. da cisão referente à itens de imobilizados (Capex) e os demais itens são referentes a fornecedores diretos e indiretos.

14 Empréstimos e financiamentos

Parte relacionada	Taxa anual de juros	Indexador	Vencimento final	2023 Circulante	2023 Não circulante
New H Porwertrain Holding	6,003%	Euribor 6m + 2,10%	21/03/2024	10.751	-
New H Porwertrain Holding	6,213%	Euribor 6m + 2,10%	15/04/2024	54.333	-
				65.084	-

Foram captados 12 de 20 milhões de euros disponíveis com a matriz da Companhia, os prazos são de 6 meses e o indexador é Euribor 6*months* acrescida de uma margem de 2,10% a.a. Para ambas as operações, foram realizados swaps com taxa pré-fixada com o objetivo de eliminar a exposição cambial. Esse valor disponível é referente a uma projeção inicial que indicava que a Companhia precisaria de recursos para os primeiros meses de operação.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	R$
Saldo apresentado em 1 de janeiro de 2023	-
Captações de empréstimos e financiamentos	64.190
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	64.190
Impactos de resultado	
Juros e variação cambial não realizada sobre empréstimos	894
Total das outras variações relacionadas com passivos	894
Saldo em 31 de dezembro de 2023	65.084

15 Obrigações sociais e previdenciárias

	2023
INSS a recolher	2.283
IRRF a Recolher	1.632
Provisões trabalhistas	26.377
Outras obrigações trabalhistas	450
	30.742

16 Partes relacionadas

O saldo de partes relacionadas do passivo circulante refere-se à provisão de Royalties no montante de R$ 3.876 que devem ser pagos à Matriz da Companhia.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, parte de clientes e fornecedores foi referente a partes relacionadas do grupo Renault e Horse, assim como a totalidade do saldo de empréstimos e financiamentos.

	2023
Clientes	
Partes relacionadas Nacionais	232.036
Partes relacionadas Internacionais	8.191
	240.227
Fornecedores	
Partes relacionadas Nacionais	12.214
Partes relacionadas Internacionais	133.207
	145.421
Empréstimos	
Partes relacionadas Internacionais	65.084
	65.084
Receita bruta de vendas	
Partes relacionadas Nacionais	836.723
Partes relacionadas Internacionais	8.191
	844.914

As transações com partes relacionadas são realizadas de acordo com condições específicas, as quais levam em consideração a estrutura do Grupo Renault e, portanto, poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com terceiros que não fazem parte de tal Grupo.

17 Obrigações tributárias

	2023
PIS/COFINS/CSLL	191
Provisões de Impostos a Recolher sobre Remessas	12.017
ISS	1.289
IRRF e CIDE	133
INSS retido	159
	13.789

18 Patrimônio líquido

a. Capital

Em fevereiro de 2023 houve aporte de capital pela matriz, Renault S.A.S, no valor, líquido de IOF, de R$ 734, resultando em um capital subscrito e integralizado de R$ 834.

Em julho de 2023 ocorreu a cisão da Renault do Brasil S.A, que resultou em um aumento de capital no valor de R$ 1.076.703, o qual passou a totalizar R$ 1.077.537, totalmente subscrito e integralizado correspondentes a em 1.060.643 ações.

Após a cisão, também em julho de 2023, a Renault S.A.S transferiu o total de suas ações para a empresa Horse Powertrain Solutions, S.L.U.

No quadro abaixo, a composição do capital social está representada por ações nominativas ordinárias (ON), aquelas que dão direito a voto, e preferenciais (PN), sem valor nominal e que possuem prioridade no recebimento de distribuição dos lucros, assim distribuídas:

Acionistas	ON	PN	Total	%
New H Powertrain Holding. S.L.U	966.828	93.395	1.060.223	99,96%
Agência de Fomento do Estado do Paraná - FDE - Fundo de Desenvolvimento Econômico	-	420	420	0,04%
31 de dezembro de 2023	**966.828**	**93.815**	**1.060.643**	**100,00%**

b. Dividendos e Juros sobre capital próprio a distribuir

Os dividendos mínimos obrigatórios devidos aos acionistas ordinários são de 5% sobre o lucro líquido ajustado. Os acionistas preferenciais têm direito a dividendos 10% superiores aos distribuídos aos acionistas ordinários.

c. Reserva para subvenção de investimentos

Com o evento de cisão ocorrido em julho de 2023 e uma vez que, em caso de eventos especiais, a companhia sucessora seria detentora dos diretos e obrigações estabelecidas no Protocolo, em 21 de novembro de 2023, a Companhia, a Renault do Brasil e o Governo do Estado do Paraná firmaram o Nono Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções. Este aditivo teve o objetivo de estender as obrigações da Renault, conforme protocolo de intenções firmado em setembro de 2021 com o Governo do Estado do Paraná, à Horse de forma solidária, definir o tratamento tributário diferenciado nas saídas da Horse para a Renault do Brasil, em que se aplica o diferimento total de ICMS e autorizar a transferência de créditos acumulados entre as empresas. Os valores calculados do benefício de ICMS até dezembro de 2023 foram de R$ 94.632.

d. Reserva legal

A Reserva legal é constituída na proporção de 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social. Em 2023, não houve constituição de Reserva legal em função da existência de prejuízos acumulados.

e. Reserva de Capital

Refere-se as movimentações dos ativos e passivos objetos da cisão entre a data do laudo de avaliação contábil, e consequentes atos societários, e a efetiva data da incorporação de tais ativos e passivos ao patrimônio da Companhia.

19 Imposto de renda e contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

a. Despesa com imposto de renda e contribuição social

	2023
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	11.752
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(3.996)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos	
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(21)
Incentivos fiscais	510
Exclusões (adições) temporárias sem constituição de diferido (i)	(20.404)
IRPJ e CSLL apurados	**(23.911)**
Correntes	(23.911)
Diferidos	-
IRPJ e CSLL no resultado	**(23.911)**

(i) A Companhia, em análise de lucratividade a longo prazo para verificação da expectativa de realização dos tributos diferidos, determinou que os tributos diferidos relacionados a ajustes temporários, essencialmente, provisões, não seriam registrados.

20 Receita líquida de vendas

	2023
Receita bruta de vendas	
Mercado interno	839.746
Prestação de serviços – mercado interno	53.896
Prestação de serviços – mercado externo	8.191
	901.833
Impostos incidentes sobre vendas e outras deduções	(100.335)
Receita líquida de vendas	**801.498**

21 Demonstração dos custos e despesas por natureza

	2023
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	(515.511)
Custos e despesas de depreciação e amortização	(47.208)
Despesas com empregados	(71.423)
Despesas com aluguéis e estrutura	(13.101)
Despesas com manutenção e prestação de serviço	(50.074)
Despesas com transporte	(9.792)
Despesas comerciais	(19.506)
Impostos, taxas e encargos	(6.329)
Despesas com viagens	(881)
Seguros e garantias	(5.329)
Despesas com honorários profissionais	(6.688)
Despesas com royalties	(49.707)
Outros custos e despesas	(228)
	(795.777)
Custo dos produtos vendidos	(755.417)
Vendas	(4.177)
Gerais e administrativas	(36.183)
Receita líquida de vendas	**(795.777)**

22 Resultado financeiro

	2023
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	2.705
Resultado em operações de derivativos	2.535
Outras receitas financeiras	1.473
Total receitas financeiras	**6.713**
Despesas financeira	
Tributos sobre receitas financeiras	(325)
Juros sobre empréstimos	(894)
Despesas com juros de mora	(35)
Outras despesas financeiras	(343)
Total despesas financeiras	**(1.597)**
Variação cambial líquida	916
Total resultado financeiro	**6.032**

As receitas financeiras são decorrentes principalmente das aplicações financeiras da Companhia no banco Bradesco e uma cobrança de juros para a Renault Argentina referente ao atraso dos recebíveis oriundos da cisão. Os demais itens são resultado da variação cambial que impactou em ganhos nas operações swap e diminuição dos juros a pagar em Euros dos empréstimos com a Matriz.

As principais despesas financeiras estão relacionadas aos juros dos empréstimos, seguido pela tributação das receitas financeiras e IOF de resgate de aplicações. Parte relevante do valor classificado como "outras depesas financeiras" é decorrente de multa por um pagamento em atraso.

23 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Todavia, as estimativas efetuadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

	2023
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	103.099
Contas a receber de clientes (nota 9)	243.855
Passivo	
Empréstimos e financiamentos (nota 14)	65.084
Fornecedores (nota 13)	228.159

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Os principais riscos aos quais a Companhia está exposta na condução de suas atividades são:

i. Risco de crédito: As contas a receber são representadas, em grande parte por saldos com empresas relacionadas, para as quais a Administração não espera enfrentar dificuldades de realização.

ii. Risco de taxa de câmbio: A Companhia possui obrigações e direitos indexados em moeda estrangeira, principalmente referentes às transações com partes relacionadas, e empréstimos divulgados na nota explicativa 14.

iii. Valor de mercado dos instrumentos derivativos: A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é efetuada pelo departamento de tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e suas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, tais como taxa de juros e dólar futuro. Tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

iv. Risco de taxa de juros: A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados vinculados, principalmente ao CDI, TJLP e taxas pré-fixadas, por outro lado, a Companhia possui aplicações financeiras vinculadas a derivativos de proteção contratados sob as mesmas taxas de juros, para cobrir tal exposição.

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à taxa de juros e variação cambial. Todos os instrumentos financeiros derivativos detidos em 31 de dezembro 2023 foram celebrados em mercado balcão, com contrapartes de instituições financeiras de grande porte. Os instrumentos derivativos são classificados como "valor justo por meio do resultado". As variações do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem. Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual a Companhia administra e mensura esses riscos.

O valor justo de mercado dos instrumentos financeiros derivativos classificados dentro do grupo de empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2023 são conforme abaixo:

Swap	Data início	Data vencimento	Valor base atualizado	Indexador Parte ativa	Indexador Parte passiva	2023 Valor de mercado	2023 Valor de curva
Passivo	05/10/2023	21/03/2024	10.874	Euro Pronto + 6,0030 EXP/360	Pré-fixado + 15,5100 EXP/360	(454)	(341)
Passivo	13/10/2023	16/04/2024	53.162	Euro Pronto + 6,2130 EXP/360	Pré-fixado + 16,7800 EXP/360	(1.288)	(459)
						(1.742)	**(800)**

b. Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia está exposta principalmente à variação cambial do euro e do dólar norte-americano. O percentual de oscilação (aumento/redução) de 10% do Real é a taxa de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no final do exercício para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio.

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

c. Índice de endividamento

	2023
Dívida bruta	(330.943)
Empréstimos e financiamentos	(65.084)
Fornecedores	(228.159)
Impostos	(37.700)
Caixa e equivalentes de caixa (a)	103.099
	(227.844)
Patrimônio líquido	991.974
Endividamento líquido	23%

(a) Disponibilidade em tesouraria, depósitos em bancos e aplicações de liquidez imediata.

A Administração tem buscado o aperfeiçoamento de seus índices de alavancagem financeira e endividamento em geral por meio de ações voltadas ao alongamento do perfil da dívida, bem como por meio da obtenção de linhas de crédito com taxas de juros mais atrativas.

As decisões de investimento, assim como o planejamento estratégico da Companhia, foram discutidas e aprovadas por seus controladores.

24 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Patrimônio e estoques	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/vendaval a fumaça/lucros cessantes	5.325

25 Eventos subsequentes

A Companhia avaliou os eventos ocorridos após 31 de dezembro de 2023 e não identificou impactos retroativos aos saldos registrados, e/ou outros fatores relevantes subsequentes que pudessem afetar, substancialmente, as operações da Companhia no exercício de 2024 e que deveriam ser levandos em consideração no conjunto da leitura destas demonstrações financeiras.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da
Horse Brasil S.A.
São José dos Pinhais – Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Horse Brasil S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Horse Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 25 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Cristiano Aurélio Kruk
Contador CRC PR-054366/O-0

Fim

Atletas do paradesporto são homenageados na Assembleia Legislativa do Paraná

Foram 89 homenageados. Medalhista na Olimpíada de Tóquio, Giovani Vieira de Paula, da paracanoagem, e o treinador de parataekwondo Rodrigo Ferla receberam o reconhecimento, em nome dos demais

Atletas e técnicos paradesportivos receberam nesta quarta-feira (24) uma homenagem da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). Foram 89 homenageados em Sessão Solene que lotou a Casa, também com a presença de familiares e admiradores. O medalhista na Olimpíada de Tóquio Giovani Vieira de Paula, da paracanoagem e o treinador de parataekwondo Rodrigo Ferla receberam a homenagem em nome dos demais. A iniciativa foi proposta pelo deputado Pedro Paulo Bazana, diretor social da Federação das Apaes do Paraná (Feapaes).

O secretário estadual do Esporte, Helio Wirbiski, afirmou que o Paraná se tornou referência nacional no paradesporto, resultado de investimentos do Governo do Estado em iniciativas como o Proesporte, programa de incentivo e fomento ao esporte, e o Geração Olímpica e Paralímpica, de apoio financeiro a atletas e treinadores, por meio de bolsas.

"A comunidade do paradesporto nos dá exemplos de luta, de perseverança e, principalmente, de organização" disse Wirbiski. "O paradesporto do Paraná é exemplo para o Brasil, com treinadores de destaque, como o Rodrigo Ferla, um dos melhores treinadores do parataekwondo do mundo, e de tantos outros atletas e treinadores que vão representar o Brasil na próxima paralimpíada. Para nós é um orgulho".

Ele também celebrou as conquistas recentes. Entre as principais conquistas estão as 15 medalhas de ouro, 16 de prata e 13 de bronze conquistadas nas últimas Paralimpíadas Escolares e as três medalhas de ouro, duas de prata e quatro de bronze nas Paralimpíadas de Tóquio.

Rodrigo Ferla, eleito o melhor técnico de mundo de parataekwondo em 2021 e 2023, disse que o reconhecimento se dá pelas conquistas e, também, por levar a bandeira do Paraná para fora do País. "Estamos sempre andando juntos com o Governo do Paraná, participando de seus projetos. Essa homenagem é o reconhecimento por uma vida dedicada ao paradesporto", destacou.

FESTIVAIS REGIONAIS

Na solenidade foram citadas algumas iniciativas de apoio e fomento ao paradesporto. Uma delas é o Festival Paradesportivo das Regionais, desenvolvido pela Secretaria estadual do Esporte, por meio da Coordenação de Paradesporto, Coordenação dos Escritórios Regionais do Esporte e os municípios-sedes.

O festival oferece oficinas de Atletismo, Golf-7 e Vôlei Sentado e dá mais visibilidade aos esportes para pessoas com deficiência. Já foram atendidas as regionais de Cornélio Procópio, Londrina, Guarapuava, Pontal do Paraná, Foz do Iguaçu, Pato Branco, Maringá, Campo Mourão, Paranavaí e Campo Largo. Outras três edições estão previstas para acontecer até agosto: União da Vitória (14 de maio), Umuarama (3 e 4 de junho) e Ivaiporã, em data a ser definida.

CENTRO DE REFERÊNCIA

Em uma parceria entre a Secretaria estadual do Esporte, o Comitê Paralímpico Brasileiro e os municípios paranaenses foi criada recentemente uma rede de desenvolvimento do paradesporto. Trata-se de um projeto pioneiro do Paraná, com o objetivo de captar novos atletas e oportunizar locais de excelência para o treinamento nas modalidades paradesportivas.

A meta é implantar dez centros até o fim de 2024. Até o momento, as atividades já foram iniciadas em Campo Mourão, Cascavel, Cornélio Procópio, Ivaiporã, Telêmaco Borba, Ponta Grossa e Maringá. O de Curitiba aguarda assinatura do termo, enquanto os de Londrina e Foz do Iguaçu devem ser implantados até setembro.

Em 2023, Curitiba também se tornou sede do Centro de Esporte e Lazer Vila Oficinas, onde passaram a ser desenvolvidas modalidades de vôlei sentado, futebol praticado por cegos, goalball e bocha paralímpica – todas serão disputadas nos Jogos Paradesportivos.

Na sede da Secretaria, no Capão da Imbuia, são desenvolvidas atividades de rugby em cadeira de rodas e golfe 7; e no Complexo Esportivo Tarumã, a escolinha de esportes oferece iniciação esportiva para crianças com transtorno do espectro autista (TEA).

Lista dos homenageados:

No Atletismo foram homenageados Adriano Expedito Pereira e Daniel G. Oliveira de Ribeirão do Pinhal; Adrielle Fernanda Martins dos Santos de Pinhais; André Luiz Pires Mathias de Paranaguá; Edevaldo Pereira da Silva de Cruzmaltina; Isadora Venâncio de Oliveira e Silvio Victor de Cornélio Procópio; Pamela Iracema Aires de Ponta Grossa; Silmara Aparecida Franca de Matinhos; Viccenza Milléo Bini de Almirante Tamandaré; e Waldemir Antônio de Oliveira de Londrina.

O Badminton foi agraciado com David Lucas Alves, Edwarda de Oliveira Dias, Italo Hauer Antonacio, Rogério Júnior Xavier de Oliveira e Vitor Gonçalves Tavares de Curitiba e Derik Luis Burbella de Maringá. No Basquete em Cadeira de Rodas, receberam homenagens Alexsander de Oliveira Rodrigues e Franciele Aparecida da Costa de Castro e Denise Eusébio de Cascavel.

A Bocha foi representada por Andressa Tathiane Martins, Bianca Gonçalves Ribas e Darlan França Ciesielski Júnior de Curitiba. Eliseu dos Santos e Marcelo dos Santos de Pinhais e Felipe Antônio Sista de Campo Magro também recebendo louvor.

Para a Canoagem, o reconhecimento ficou com Adriana Gomes de Azevedo e Mari Christina Santilli de Curitiba; e Anderson Mario Miranda, Brenda Kelen Fernandes de Almeida, Erick Fernando Gomes Farias e Igor Alex Tofalini de Londrina e Giovani Vieira de Paulo de Apucarana.

No Ciclismo, os homenageados foram Carlos Eduardo Rossi, Edvan Dias de Souza e Gilce Cristina Duarte de Oliveira Cortes de Maringá; e Elielson Rodrigues de Cascavel e Victória Maria de Camargo e Barbosa de Londrina. Na Esgrima em Cadeira de Rodas, os tributos foram a Carminha Celestina de Oliveira de Fazenda Rio Grande, Ícaro Zagrobelny Moura, Izaias Monteiro da Silva e Sandro Colaço de Lima de Curitiba e Rodrigo Massarutt da Silva de Piraquara.

O Futebol de 5 teve homenagem para Cássio Lopes dos Reis e Emerson de Carvalho de Curitiba, Edivan de Freitas da Silva de Colombo e Tiago da Silva de Pinhais. No Goalball os homenageados foram Diego Alexandre da Rocha, Guilherme Lucas da Silva Almeida e Marcio Rafael da Silva de Londrina.

No Judô, foi homegeada Meg Rodrigues Vitorino Emmerich de Maringá. No Levantamento de Peso, Dorival de Jesus Jorge, Marcia Cristina de Menezes e Marcos Antônio de Macedo de Londrina. Na Natação, André Yamazaki Pereira, Beatriz Borges Carneiro, Débora Borges Carneiro, Matheus Junio Brambilla e Mirian Rose Garcia Gouvêa de Maringá; Arthur Miguel dos Santos Ferreira e Bianca Lubian de Curitiba; Carlos Augusto Alencar de Carvalho de Cascavel; Emanuelle Victoria Sá de Araújo de Mandaguari; Igor Felipe Domingues Masena de Pinhais; e Nicolas Bem-Hur Gonçalves de Assis de Araucária.

O Rugby em Cadeira de Rodas homenageou Anderson Kaiss, Gerson Andre Vieira, Marcelo Martins Kamarowki, Raphael Demóstenes Cardozo e Ricardo Gomes Franchini de Curitiba. O Taekwondo, Camila Macedo dos Santos e Pedro Vieira Júnior de Maringá, e Carlos Geraldo Coelho Alves Júnior e Rodrigo Ferla Martins de Curitiba.

No Tênis de Mesa foram lembrados Benedito Rodrigues de Oliveira, Claudiomiro Segatto e Melanie dos Santos Burlamarqui de Curitiba; Cincler Trevisan de Quatro Barras; Eziquiel Babes de Guarapuava e Gabriel Eiti Yamazaki Kikuchi de Londrina. No Tênis em Cadeira de Rodas, Adriano Correia Gonçalves dos Santos de Maringá e Cristiano Pereira de Brito de Curitiba.

O Tiro Esportivo teve como homenageados Ailton Balbino da Silva de São José dos Pinhais, Carlos Henrique Prokopiak Garletti de Ponta Grossa, James Walter Lowry Neto e Sergio Adriano Vida de Curitiba, enquanto no Triathlon a homenagem foi para Ronan Nunes Cordeiro de Curitiba. No Vôlei Sentado o tributo ficou com Alex Pereira Witkoski de Araucária.